UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MONIK SABATINE ALVES FLORENCIO

CRESCIMENTO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM PARA O MUNICÍPIO DE CARUARU NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Caruaru – PE
2015

MONIK SABATINE ALVES FLORENCIO

CRESCIMENTO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM PARA O MUNICÍPIO DE CARUARU NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Monografia apresentada ao Centro Acadêmico do Agreste – CAA, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Marcio Miceli Maciel de Sousa

Caruaru – PE

2015

Catalogação na fonte:

Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

F632c Florencio, Monik Sabatine Alves.

Crescimento versus desenvolvimento econômico: uma abordagem para o município de Caruaru no final do século XX e início do século XXI. / Monik Sabatine Alves Florencio. - Caruaru: O Autor, 2015.

82f. ; 30 cm.

Orientador: Márcio Miceli Maciel de Sousa

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. Crescimento econômico. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Caruaru - PE. I. Sousa, Márcio Miceli Maciel de. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-224)

MONIK SABATINE ALVES FLORENCIO

CRESCIMENTO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM PARA O MUNICÍPIO DE CARUARU NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 20 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Me. Marcio Miceli Maciel de Sousa
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

_____

Prof. Me. José Cícero de Castro
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

_____

Prof. Me. Fernando José do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, a minha família, ao meu namorado, aos meus amigos, aos meus professores e a todos que me incentivaram e me apoiaram, me dando forças para que eu não desistisse mesmo diante de tantos obstáculos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que dedico meu agradecimento maior, porque têm sido tudo em minha vida e por ter me dado forças para persistir, especialmente nas horas mais difíceis do curso.

A minha família, pelo suporte e incentivo necessários para a jornada durante o curso e que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse a esta etapa em minha vida. Mãe, seu amor e dedicação me deram, em todos os momentos, a esperança e confiança para seguir. Pai, sua presença e seus cuidados significaram segurança e me deram a certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos professores, que se empenharam na tarefa de formação no curso de economia, em especial ao meu orientador, Marcio Miceli, por seus ensinamentos e por toda paciência e incentivo ao longo da minha monografia.

A todos os meus amigos, por compartilharmos momentos difíceis e, unidos, conseguirmos vencer todos eles.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

“O tempo é relativo, mas a vontade é absoluta!”

(Pablo Jamilk Flores)

RESUMO

Na ciência econômica, a definição de crescimento e desenvolvimento foi rodeada de muita polêmica. Em um primeiro momento, esses dois termos foram considerados equivalentes, sofrendo grande resistência do Programa das Nações Unidas – PNUD, que considerava a renda per capita como uma variável insuficiente na discussão. Nesse sentido, aspectos relacionados à educação, à longevidade e à renda per capita foram reunidos e deram origem ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, parâmetro considerado consistente pelo PNUD para avaliar a evolução dos países ao longo do tempo e destes em relação aos demais que compõem a economia mundial. Destacam-se, ainda, como teorias que visam discutir a questão do desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento humano sustentável e a teoria elaborada por Amartya Sen, a qual discute o desenvolvimento à luz da ampliação das liberdades humanas. Dentro desse contexto, buscou-se avaliar as diferentes noções de desenvolvimento econômico, bem como a evolução do desenvolvimento econômico do município de Caruaru no final do século XX e início do século XXI. Para a elaboração desta monografia, foram realizadas pesquisa bibliográfica e coleta de dados em instituições oficiais, como o IBGE e o CONDEPE/FIDEM, as quais forneceram importantes informações relacionadas ao município de Caruaru. Em termos de resultados, verifica-se uma moderada elevação na qualidade de vida e no bem-estar da população residente em Caruaru ao longo do período analisado. Todavia, deve-se ressaltar que ainda existem muitos desafios que precisam ser superados para que a população como um todo venha a desfrutar de uma situação digna do ponto de vista social e econômico, dado que a principal atividade do município, o polo de confecções, ainda funciona com muita informalidade e exploração da força de trabalho.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Município de Caruaru.

ABSTRACT

In economic science, the definition of increment and development were surrounded by a lot of controversy. In a first moment, those two terms were considered equivalent, having a huge resistance of the United Nations Development Program – UNDP, which believed that per capita income was an insufficient variable on this discussion. Accordingly, aspects associated to education, life expectancy and per capita income indicators were combined and gave rise to the Human Development Index – HDI, this parameter was considered by the UNDP solid enough to evaluate the progress of countries over time and the relation between them in the world economy. It can also be highlighted another theories, such as the ones that aim to discuss development questions, the theory of sustainable human development and the theory created by Amartya Sen, which discuss the development applied to human liberties. Within this context, distinct economic development notions were evaluated, as well as the economic development progress of Caruaru city in the end of the 20th century and begin of the 21st century. For this monograph elaboration, bibliographic searches and data collection of official institutions, as IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and CONDEPE/FIDEM, were made, which provided significant information related to the city of Caruaru. As result of this monography, a mild increase in quality of life and well-being of the population living at Caruaru over the analysis time was verified. However, it must be emphasize that many other challenges need to be overcome so the entire population may live a decent life in the social and economic point of view, since the most important economic activity of the city, polo apparel, still has a lot of informal work and exploration of workforce.

Key-words: Economic Increment, Economic Development, Caruaru City.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População de Caruaru no período 1991- 2010 36

Gráfico 2 – Evolução da Frota Mais Expressiva de Veículos em Caruaru no período 2011 – 2014 39

Gráfico 3 – Evolução do PIB nominal de Caruaru no Período 2002 – 2012 40

Gráfico 4 – Evolução do PIB Per Capita de Caruaru no período 2002 – 2012 43

Gráfico 5 – Evolução do Emprego Formal no Município de Caruaru no período 2005 – 2015 50

Gráfico 6 – Taxa de Abandono Escolar no Ensino Médio em Caruaru durante os anos 2010 - 2013 66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de horas necessárias para produzir uma unidade de tecido e uma unidade de vinho em Portugal e na Inglaterra 23

Tabela 2 – População Urbana e Rural por Idade no Município de Caruaru em 2010 35

Tabela 3 – Indicadores Demográficos das Regiões Selecionadas Segundo o Censo Demográfico 2010 36

Tabela 4 – PIB a Preços Correntes nos Municípios Pernambucanos Selecionados no período de 2009 a 2012 (em R$ Milhões) 40

Tabela 5 – Participação (%) do PIB dos Municípios no PIB de Pernambuco (2009 – 2012) .. 42

Tabela 6 – PIB Per Capita por Municípios de Pernambuco no período de 2009 a 2012 (R$1,00) 44

Tabela 7 – Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Caruaru no período 2002 – 2012 45

Tabela 8 – Quantidade de Unidades Produtivas em 2012, Segundo Formalidade e Informalidade, por Município Selecionado 46

Tabela 9 – Quantidade de Pessoas Ocupadas no setor de Confecções em 2012 47

Tabela 10 – Principais produtos exportados por Caruaru (2014 – 2015) 48

Tabela 11 – Principais produtos importados por Caruaru (2014 – 2015) 73

Tabela 12 – Porcentagem de empregos formais em Caruaru por setor de atividade em 2012 e 2013 49

Tabela 13 – Número de Empresas e Outras Organizações no município de Caruaru, por Classificação de Atividades no Período 2006 – 2012 51

Tabela 14 – Evolução do Emprego em Caruaru por Setor de Atividade Econômica Industrial no Período 2010 – 2015 51

Tabela 15 – Admissões e Desligamentos em Caruaru por Setor de Atividade Econômica (2012 – 2015) 52

Tabela 16 – Evolução da Área Plantada das Principais Lavouras Temporárias em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no Período 2003 – 2013 77

Tabela 17 – Evolução da Quantidade Produzida das Principais Lavouras Temporárias em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no Período 2003 – 2013 78

Tabela 18 – Evolução da Área Destinada à Colheita das Principais Lavouras Permanentes em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013 79

Tabela 19 – Evolução da Quantidade Produzida das Principais Lavouras Permanentes em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013 80

Tabela 20 – Evolução do Efetivo dos Rebanhos dos Principais Tipos de Rebanhos em Caruaru em Relação ao Comportamento dos Mesmos na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013 81

Tabela 21 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caruaru (1991, 2000 e 2010) 56

Tabela 22 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Seus Componentes – Caruaru 56

Tabela 23 – Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios de Pernambuco no ano 2010 57

Tabela 24 – Renda, Pobreza e Desigualdade de renda em Caruaru, para 1991, 2000 e 2010.. 58

Tabela 25 – Taxa de Mortalidade Infantil em Caruaru, para os anos 1991, 2000 e 2010 59

Tabela 26 – Número de estabelecimentos de saúde em Caruaru nos anos 2010 – 2014 59

Tabela 27 – Serviços de Saúde em Caruaru em 2005 e 2009..... 60

Tabela 28 – Proporção de Domicílios Particulares Permanentes por Tipo de Saneamento nos anos 2000 e 2010 61

Tabela 29 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Destino do Lixo nos anos 2000 e 2010 61

Tabela 30 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Forma de Abastecimento de Água, segundo a situação do domicílio nos anos 2000 e 2010 62

Tabela 31 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Tipo de Habitação em 2010 62

Tabela 32 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Tipo de Distribuição de Energia Elétrica em 2010 63

Tabela 33 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Quantidade de Moradores em 2010 64

Tabela 34 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar em 2010 64

Tabela 35 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb em Caruaru para os anos 2009, 2011 e 2013 65

Tabela 36 – Matrículas, Docentes e Rede Escolar em Caruaru nos anos 2005, 2009 e 2012 67

Tabela 37 – Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos em Caruaru nos anos 2010 – 2011 68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

1.1 OBJETIVO GERAL 16

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 16

2 METODOLOGIA 17

3 UMA ABORDAGEM ACERCA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DAS VISÕES DAS ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO 18

4 CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO POLÊMICA 30

4.1. CRESCIMENTO COMO SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO 30

4.2. CRESCIMENTO COMO CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO, MAS NÃO SUFICIENTE (A PROPOSTA DO IDH) 30

4.3. O DESENVOLVIMENTO BASEADO NA AMPLIAÇÃO DAS LIBERDADES HUMANAS 32

4.4. O DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL 33

5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CARUARU NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI 35

5.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 35

5.2. EVOLUÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS 38

5.3. DIMENSÃO ECONÔMICA 39

5.4. DIMENSÃO SOCIAL 55

6. CONSIDERAÇÕES 69

REFERÊNCIAS 71

APÊNDICE 1 73

APÊNDICE 2 77

1 INTRODUÇÃO

Os debates acerca do desenvolvimento econômico começaram a se intensificar em meados do século XX. Até então, o crescimento e o desenvolvimento econômico eram tidos como conceitos semelhantes. A discussão a respeito desse tema começou a ser encarada com prioridade pelos países que desejavam livrar seus territórios de problemas sociais, políticos e econômicos. Tais preocupações de melhorias nas condições de vida das nações alimentaram a discussão dessa temática. Em 1945, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja finalidade era melhorar a qualidade de vida dos países, ou seja, elevar os seus níveis de desenvolvimento econômico e assegurar a paz internacional.

> Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações (...), as Nações Unidas favorecerão: níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social (...) (Artigo 55 da Carta da ONU).

Os debates sobre os meios para se chegar ao desenvolvimento econômico se aprofundaram depois de criação da ONU, alimentando uma polêmica já existente em relação ao tema. A discussão sobre o desenvolvimento econômico fomentava o surgimento de diferentes teorias no seio das escolas do pensamento econômico para a explicação da ocorrência do fenômeno. Ainda hoje, não existe um consenso sobre a noção de desenvolvimento econômico entre os economistas.

Uma primeira percepção acerca do desenvolvimento considerava o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda, entendia o crescimento como condição indispensável, mas não suficiente para o desenvolvimento (SOUZA, 2008). Em um passado mais recente, Amartya Sen apontou para uma percepção mais filosófica, ao entender a presença do desenvolvimento mediante a ampliação das liberdades humanas (SEN, 2000).

O desenvolvimento econômico era considerado sinônimo de crescimento. Se o crescimento do produto fosse maior que o crescimento vegetativo[1], estaria ocorrendo uma elevação da renda per capita, variável fundamental para o entendimento do fenômeno. Dentro desse contexto, muitos países resolveram tentar aumentar seu Produto Interno Bruto (PIB) sem preocupação com o bem-estar social.

---

[1] Crescimento vegetativo expressa a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

Após décadas buscando-se promover o crescimento econômico, foi possível perceber que este, por si só, não é capaz de promover o desenvolvimento humano. A promoção do desenvolvimento passou a ser vista como algo mais complexo, de modo que devem ser analisados os impactos de um incremento na renda e no produto sobre a vida econômica e social da população, ressaltando também que aspectos sociais, como os relacionados à saúde e à educação, devem ser analisados.

Assim, uma segunda corrente de economistas conceitua o desenvolvimento como uma mudança qualitativa no modo de vida e o crescimento como uma variação quantitativa no produto. Essa segunda percepção enxerga a necessidade da criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que atua como uma forma de medir a situação de um país ao longo do tempo, bem como a dele em relação aos demais nessa mesma trajetória. Sendo o IDH um índice utilizado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países, ele faz uso de três elementos básicos para mensurar seus resultados: a renda, a educação e a longevidade.

Através do estudo de algumas variáveis quantitativas, como o PIB, pode-se perceber se uma determinada região apresentou crescimento durante o período em análise. Porém, analisar o crescimento isoladamente não garante uma percepção a respeito do desenvolvimento econômico. É essa análise sobre crescimento e desenvolvimento que será abordada neste trabalho, sendo direcionada para uma região específica, o município de Caruaru, pelo fato de este ter crescido, do ponto de vista econômico, a taxas maiores que Pernambuco, o Nordeste e o Brasil (IBGE, 2012).

Nesse contexto, buscou-se, no presente trabalho, analisar o crescimento e desenvolvimento do município de Caruaru, região que vem apresentando considerável crescimento econômico, e responder a uma pergunta básica: será que o município de Caruaru vem se desenvolvendo social e economicamente nos últimos anos ou está apresentando apenas crescimento econômico? Para responder a essa questão, se fez necessário examinar a evolução de variáveis quantitativas e qualitativas do município.

Um desenvolvimento ótimo, do ponto de vista econômico, é aquele que visa uma distribuição igualitária, propiciando a redução da pobreza e a ampliação dos benefícios sociais. Apesar de Caruaru ter apresentado um notável crescimento nos últimos anos, a educação continua defasada, pois nem todos têm acesso a um ensino de qualidade. É visando analisar a evolução desse e de outros aspectos nos últimos anos que este trabalho mensura e confronta dados para responder ao problema de pesquisa que o norteia. Tendo em vista que os

estudos com relação a Caruaru envolvendo seu desenvolvimento econômico são escassos, tem-se, assim, outro fator que também justifica a realização desta pesquisa.

O estudo encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução, que menciona, brevemente, a principal discussão acerca do tema crescimento e desenvolvimento. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia, a qual indica os meios utilizados para a realização deste trabalho. No terceiro capítulo, buscou-se destacar as diferentes visões em relação à questão do crescimento e desenvolvimento na perspectiva econômica, conforme as escolas de pensamentos econômicos. Posteriormente, no quarto capítulo, foi abordada a polêmica discussão a respeito do conceito do crescimento e desenvolvimento econômico, com ênfase na criação do IDH. No quinto capítulo, são analisados alguns aspectos do município através da elaboração de um perfil-socioeconômico do município de Caruaru. Buscou-se, também, destacar alguns aspectos típicos da cidade, que dão a ela uma dinâmica econômica própria. Por fim, no sexto capítulo, são realizadas algumas considerações a respeito do desenvolvimento econômico de Caruaru, pautada em uma recuperação da evolução de alguns dados e indicadores já analisados no quinto capítulo.

1.1 OBJETIVO GERAL

O principal objetivo deste trabalho é avaliar a evolução do crescimento e desenvolvimento econômico do município de Caruaru no final do século XX e início do século XXI.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar as diferentes noções de desenvolvimento econômico;
- Descrever algumas características do município relacionadas à questão econômica e social;
- Analisar o desenvolvimento econômico do município de Caruaru, a partir da evolução do comportamento de alguns aspectos fundamentais na análise do crescimento e desenvolvimento econômico.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração desta monografia, foi utilizada uma análise descritiva baseada em dados secundários empíricos. A princípio, foram realizadas pesquisas bibliográficas, consultados artigos científicos publicados em periódicos e relatórios técnicos. Terminada a fase de revisão da literatura, foram obtidos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), bem como informações contidas no perfil socioeconômico de Caruaru, elaborado pelo CONDEPE/FIDEM.

Os dados coletados foram utilizados para traçar um perfil socioeconômico do município de Caruaru. Nas dimensões econômicas, sociais e demográficas, foi avaliada a evolução de algumas variáveis: PIB e PIB per capita, renda per capita, Valor Adicionado Bruto (VAB), número de empregos e de empresas, culturas temporárias e permanentes, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), entre outras.

Dentro desse contexto, revisar a literatura e analisar o comportamento em conjunto dos dados foram procedimentos necessários para entender a ocorrência ou não de crescimento e desenvolvimento econômico no município de Caruaru.

3 UMA ABORDAGEM ACERCA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A PARTIR DAS VISÕES DAS ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

O conceito de crescimento econômico pode ser analisado, em suas origens, entre o século XV e fins do XVIII, na fase do mercantilismo. Segundo os mercantilistas, a riqueza de uma nação estava na sua capacidade de acumular metais preciosos. Segundo Feijó (2007), o comércio internacional facilitava a aquisição de metais preciosos. Mantendo uma balança comercial favorável, o fluxo de entrada de ouro no país era assegurado sem necessitar restringir as saídas dos metais. Os mercantilistas também apoiavam uma forte intervenção do Estado na economia. Segundo Brue (2011), um controle governamental rígido seria necessário para que metas já estabelecidas pelos mercantilistas fossem atingidas, como o protecionismo e a regulamentação dos processos de produção e qualidade dos bens.

Outra forma de ampliar a acumulação de metais preciosos, como o ouro e a prata, era a expansão por parte da nação dos seus domínios, viabilizada pela conquista de novas terras e obtenção de um número cada vez maior de colônias. Essa foi a estratégia adotada pela Espanha ao ocupar a meseta mexicana e parte do Peru e, por Portugal, na ocupação do Brasil.

A fisiocracia surge como uma ideia contrária ao mercantilismo. Para os fisiocratas, somente a agricultura produz um excedente para o produtor capaz de movimentar a atividade econômica, gerando crescimento econômico (BRUE, 2011). O comércio e a indústria seriam simples reprodutores de valores que não geram excedentes. As leis da natureza, segundo os fisiocratas, deveriam governar a sociedade. Com essa ordem natural regulando a economia, os indivíduos necessitariam agir livremente, sem a intervenção do Estado para impedir a circulação dos indivíduos e dos bens (SOUZA, 2008). Os fisiocratas também defendiam a liberdade de comércio interna e externa. Exportar produtos agrícolas seria uma formar de comercializar a produção excedente.

Assim como para os mercantilistas e fisiocratas, os clássicos designam o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. A escola clássica adotava o liberalismo econômico como o princípio que iria reger o crescimento econômico. Agindo livremente no mercado, as pessoas buscariam satisfazer suas necessidades pessoais. Segundo Brue (2011), a economia era considerada autoajustável e, ao correr atrás de seus interesses individuais, as pessoas acabariam atendendo aos interesses da coletividade, tendo o Estado participação mínima no

mercado. Para os clássicos, tanto recursos como atividades econômicas seriam necessários para propiciar riqueza em uma nação.

Um dos precursores da escola clássica, que contribuiu de maneira significativa para suas doutrinas, foi Adam Smith (1923-1790). Suas principais ideias acerca do crescimento econômico foram expressas em uma das suas mais importantes obras, “A RIQUEZA das NAÇÕES”. Smith associou o crescimento econômico como estando baseado no trabalho produtivo, sendo este o que impulsiona o desenvolvimento de um país.

Segundo Smith (*apud* RICARDO, 1996), apenas a divisão do trabalho é capaz de gerar um excedente, aumentando proporcionalmente as forças produtivas do trabalho, ao gerar especialização e, consequentemente, um aumento do acúmulo de capital, fator de suma importância para o crescimento econômico. A inserção do trabalho na produção gera excedentes sobre o custo de produção, mas deve-se ressaltar que apenas o trabalho produtivo tem essa capacidade. Quanto maior o excedente resultado do trabalho produtivo, maior o excedente anual gerado pela economia, ou seja, maior sua riqueza.

Parte dos valores gerados na economia é reinvestido para contratar mais trabalhadores produtivos. Essa demanda maior gera aumento nos salários e uma expectativa de crescimento futuro da população, dado que a qualidade de vida dos trabalhadores está melhor, tornando possível uma extensão dos mercados. Segundo Souza (2008), uma vez que se tem uma quantidade maior de trabalhadores produtivos e uma produção por trabalhador maior, a economia irá dispor de mais bens para comercializar, tanto para trocas internas quanto externas, partindo do ponto de vista que as mercadorias começam a exceder a demanda interna, gerando a necessidade de exportá-las e trocá-las por outras mercadorias.

Smith começa a identificar o que é o valor de troca e o valor de uso. Ele faz a seguinte distinção para os termos: valor de uso é a utilidade de um determinado bem para um indivíduo; valor de troca é quanto que um bem representa para a compra de outro bem, o seu poder de compra (FEIJÓ, 2007). O trabalho pode ser entendido como uma medida de valor de troca de todos os bens. A quantidade de trabalho incorporada no bem pode ser adquirida por quem possui o bem e pode vendê-lo a outro indivíduo, pois não há intenção de uso próprio.

O indivíduo irá produzir um bem no qual ele possui maior habilidade de produção e, assim, irá se especializar numa área específica. Para adquirir bens que geram maiores custos de produção, ocorrerá a troca de bens. A troca de excedentes é facilitada quando se tem a expansão do tamanho do mercado. Conforme Brue (2011), cada país deve se especializar na produção dos bens nos quais eles possuírem vantagens e negociar esses bens por outros, pelos

quais eles não possuírem vantagens. Dessa forma, o governo não deve interferir no comércio internacional.

Souza (2008) ressalta que cada participante do comércio busca seu interesse pessoal no lucro da economia, sendo limitada a intervenção do governo na atividade econômica, uma vez que ela já está sendo movida por uma ordem natural, denominada por Smith de “mão invisível”. O desejo individual em satisfazer necessidades individuais acaba beneficiando o interesse coletivo da população. Dessa forma, a *mão invisível* leva o mercado a alcançar o equilíbrio, e a atuação do Estado na economia deve estar limitada a alguns aspectos, como a concorrência externa e a defesa nacional.

Diante disso, a escola clássica propunha alguns aspectos para haver crescimento econômico em uma economia, onde a utilização de trabalhadores produtivos resulta em rendimentos produtivos crescentes e redução dos custos de produção. Os lucros, por sua vez, se elevam e proporcionam um investimento maior na economia. Esses investimentos geram um crescimento do produto, ou seja, um crescimento econômico.

Ainda no âmbito da Escola Clássica, David Ricardo analisou a geração da riqueza nacional, o acúmulo da renda e sua repartição entre as classes sociais, e os rendimentos decrescentes da terra. Ricardo (1982 apud SOUZA, 2008) afirma que o problema do crescimento econômico estava relacionado à agricultura, que não era capaz de produzir alimentos baratos e isso elevava os salários. Com relação à distribuição da renda, Ricardo destaca que ela depende da fertilidade da terra, do crescimento demográfico e da acumulação de capital. Já os rendimentos decrescentes da renda estão relacionados à utilização de terras cada vez menos férteis, pela necessidade de aumentar a produção de alimentos devido ao crescimento demográfico.

Ricardo analisou a distribuição da renda da terra baseado em alguns fatores que contribuem para essa divisão, como lucros, salários e rendas. Na análise dos salários, começou fazendo uma distinção do termo *preço natural* e *preço de mercado*. O primeiro seria o valor necessário a subsistência da força de trabalho, enquanto o segundo seria resultado das intermináveis variações entre oferta e demanda no mercado de trabalho (BRUE, 2011).

Ricardo (1996) afirma que, quando o preço de mercado excede o preço natural, o trabalhador encontra-se em uma situação próspera e feliz. Porém, quando o preço de mercado é inferior ao seu preço natural, a condição dos trabalhadores torna-se miserável. Quando o preço de mercado está acima do seu preço natural, o trabalhador dispõe de um salário maior que o necessário para subsistência. Salários maiores estimulam o crescimento populacional,

pois agora os trabalhadores têm condições de manter uma família maior e mais numerosa com melhores condições.

O crescimento populacional e, consequentemente, um aumento na oferta de emprego, reduzem os salários dos trabalhadores. Nessa situação, o salário de mercado cai, ficando igual ou até menor que o seu preço natural, e acaba desestimulando o crescimento populacional porque agora trabalhadores se encontram com um nível salarial menor para manter sua subsistência e a de sua família. Esse ciclo de variações dos preços dos salários acaba influenciando as variações nos lucros e influenciando também a acumulação de capital.

Feita essa análise, pode-se perceber que, no longo prazo, a tendência é que os trabalhadores recebam o mínimo para sua subsistência. Essa situação só pode se reverter em uma sociedade industrializada onde as reservas de salários podem crescer rápido e o salário ficar acima do salário de subsistência (BRUE, 2011).

Outra abordagem realizada por Ricardo foi sobre os fatores que afetam as variações do valor. Ele destacou que o volume de trabalho empregado e a quantidade de tecnologia incorporada ao bem afetam os preços das mercadorias. “A tecnologia, afetando a produtividade, faz variar o valor de um bem. Porém, ela afeta também os custos do capital, o que influencia o preço do bem final” (SOUZA, 2008, p. 65).

Ricardo dá destaque ao papel do capitalista no desenvolvimento econômico. Para ele, os empresários impulsionam o desenvolvimento, pois eles detêm os fatores de produção e são responsáveis por contratar trabalhadores e arrendar terras. Ricardo aponta duas principais funções desempenhadas pelos capitalistas:

> Inicialmente, ao buscar as oportunidades mais rentáveis para seu capital, tendem a igualar as taxas de lucro sobre o capital entre os vários ramos da indústria e da agricultura. Posteriormente, os capitalistas dão início ao processo de desenvolvimento. Eles reinvestem as suas rendas, promovendo a acumulação de capital (MEIER e BALDWIN, 1968, p. 45 apud SOUZA, 2008, p. 66).

Ricardo analisou a função de produção com destaque para um novo fator: a produtividade marginal decrescente. A abordagem de Ricardo sobre a renda está baseada no aumento da demanda por alimentos como consequência do crescimento populacional e na necessidade do cultivo de novas terras para suprir esse aumento na demanda. Os diferentes tipos de qualidade da terra, com fertilidades e produtividades diferentes, dão origem a rendas diferenciais. “Essa renda é a porção do produto da terra paga a seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo” (RICARDO, 1982, p.65, apud SOUZA, 2008, p. 69).

Segundo BRUE (2011), essa renda diferencial surge das margens extensivas e intensivas de cultivo. A margem extensiva diz respeito ao aumento territorial do cultivo. O cultivo acontece primeiramente nas terras mais férteis, de melhor qualidade e mais próximas ao mercado. A renda excedente resultante é assumida pelos proprietários da terra. Em vista do crescimento populacional, torna-se necessário a ocupação de novas terras para aumentar o cultivo e, assim, atender à demanda de toda a população.

O custo de produção nos diferentes tipos de terras define a renda. As novas terras são menos produtivas e geram uma renda menor, pois os produtores pagam uma elevada renda aos proprietários e ainda precisam pagar salários maiores para seus funcionários. Segundo Souza (2008), o salário sobe porque a produção de alimentos agora está mais cara.

A função de produção de Ricardo pode ser aplicada quando há necessidade de cultivar diferentes tipos de terras, gerando produtividade marginal decrescente, pois agora produzir mais, em novas terras, gera uma produtividade menor, com renda menor, ainda que utilizando o mesmo volume de trabalho e capital, levando Ricardo a concluir que a queda dos lucros acaba induzindo a economia ao estado estacionário, onde os lucros são nulos e a economia deixa de crescer. Essa situação poderia ser adiada, afirma Feijó (2007), com a adoção de tecnologias no âmbito da agricultura ou pela abertura ao comércio internacional, que baratearam os preços.

A intensidade do cultivo em determinada terra é analisada na margem intensiva de cultivo. A margem intensiva é uma forma de exploração da terra através da aplicação de mais capital sobre uma mesma terra, ou seja, não é suficiente aumentar apenas a mão-de-obra aplicada, pois dessa forma a produção será cada vez menor, faz-se necessário a adoção de inovações tecnológicas. A produtividade da terra pode aumentar, mesmo no pior solo, através da utilização intensiva de capital, como fertilizantes e irrigação (SOUZA, 2008).

Portanto, para Ricardo, a adoção de mais capital, de novas tecnologias e a abertura ao comércio internacional seriam soluções para que se pudesse aumentar a oferta de produtos como resposta ao crescimento populacional sem que a produtividade fosse afetada, sendo a renda e os lucros mantidos em um mesmo patamar ou em níveis próximos.

A abertura comercial é analisada por Ricardo com maiores detalhes em sua teoria das vantagens comparativas (especialização). Segundo Ricardo (apud FEIJÓ, 2007), são vantajosas as trocas internacionais mesmo se um determinado país tiver maior produtividade que outro na produção de todas as mercadorias. Para Ricardo, cada país deverá se especializar na produção do bem em que ele possuir vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica e exportando o excedente. Dessa forma, um país deverá produzir um bem no qual

seu custo de oportunidade seja menor com relação à produção de outro bem. Os bens não produzidos internamente devem ser importados a um preço menor do que seria produzi-los internamente. Se fosse adotada a teoria das vantagens comparativas, o comércio entre os países seria vantajoso para todos os países que dele participasse.

A tabela 1 mostra a quantidade de horas necessárias para a produção de vinhos e tecidos de dois países, Portugal e Inglaterra. Pode-se notar que Portugal possui vantagens absolutas na produção de ambos os bens, ou seja, ele consegue produzir os dois bens com custos menores. Porém, a análise de Ricardo é voltada para as vantagens relativas entre os países. No caso de Portugal, dividindo o preço do tecido pelo preço do vinho e, posteriormente, encontrando a razão do preço do vinho pelo preço do tecido, pode-se notar que Portugal possui vantagem comparativa na produção de vinhos, pois ele utiliza apenas 0,889 horas da produção de tecidos para produzir vinhos e, se fosse produzir tecidos, teria que direcionar 1,125 horas da produção de vinhos para a de tecidos. Fazendo a mesma análise para a Inglaterra, pode-se notar que ela possui vantagem comparativa na produção de tecidos.

Então, de acordo com Ricardo, a Inglaterra deveria se especializar na produção de tecidos e Portugal na produção de vinhos e, em seguida, realizar a troca dos excedentes dos bens entre os países. Dessa forma, com a especialização, ambos os países iriam produzir mais, com melhor qualidade, e o excedente gerado seria utilizado no comércio exterior.

Tabela 1 – Número de horas necessárias para produzir uma unidade de tecido e uma unidade de vinho em Portugal e na Inglaterra

Países	Vinho	Tecido	Pt/Pv	Pv/Pt
Portugal	80	90	1,125	0,889
Inglaterra	120	100	0,833	1,200

Fonte: Ricardo (1982, p.104, apud SOUZA, 2008, p.76).
Nota: Pt = preço do tecido; Pv = preço do vinho.

Contudo, não eram todos os pensadores clássicos que tinham a mesma visão positiva sobre o sistema capitalista no processo do crescimento/desenvolvimento econômico, sendo Karl Marx o pensador que discordou dos demais a respeito da real contribuição do capitalismo no processo de desenvolvimento econômico. Em sua abordagem, ele tentou comprovar que o sistema capitalista detinha contradições internas que acabariam levando o

sistema ao seu próprio fim. Marx tentou definir como as forças de produção, dentro do capitalismo, produziria sua própria queda (BRUE, 2011).

Marx descreve o processo de circulação do dinheiro e afirma que ele possui a seguinte forma: D →Y→ D', onde o capitalista, que possui o dinheiro D, é quem compra o trabalho e os meios de produção, gerando o dinheiro D'>D (SOUZA, 2008). Essa diferença entre D' e D é o lucro do capitalista, também chamada de mais-valia, e esse resultado deverá ser positivo para que os proprietários dos meios de produção possam acumular a mais-valia e, posteriormente, investir. Caso contrário, haverá uma crise no sistema capitalista proveniente da queda da taxa de lucro do capital. Essa taxa de mais-valia se dá pela relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário para a reprodução do trabalhador (SOUZA, 2008). Para Marx, a mais-valia acontece com a exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas e considera essa expropriação da força do trabalho indevida por ser gratuita, ou seja, o trabalho é remunerado abaixo do que ele é capaz de transferir de valor às mercadorias.

"A busca de quantidades cada vez maiores de mais-valia é a força motivadora que move todo o sistema capitalista" (MARX, 1996 apud FEIJÓ, 2007, p. 207).

Segundo Marx, a taxa de lucro tende a cair com o passar do tempo. Marx atribuía o aumento da composição orgânica do capital, que tendia a reduzir o uso de mão-de-obra, e a centralização do capital como causas da redução da taxa de lucro. Ambos os motivos levariam à uma redução do mercado consumidor.

Segundo Brue (2011), a composição orgânica do capital pode ser obtida pela razão entre o capital constante e o capital total [Q= C/(C+V)]. A utilização de mais capital por parte das empresas levará, a princípio, a um aumento dos lucros e a uma produção mais eficiente, ou seja, essas empresas terão seus custos reduzidos. Esse aumento inicial nos lucros acontece porque, para conseguir se manter em um mercado competitivo, cada vez mais as empresas acabam substituindo trabalhadores por máquinas, causando uma elevação na reserva de trabalhadores desempregados, denominada por Marx de exército industrial de reservas. Esse exército regula os preços dos salários e a queda da taxa de lucro, ou seja, com uma oferta maior de mão-de-obra, os empregadores podem reduzir os salários pagos e, dessa forma, aumentar seus lucros.

Porém, quanto maior a acumulação de capital e quanto maior o exército industrial de reservas em relação ao exército ativo, que acarreta em menores taxas de salários, maior será a miséria da população (Marx, 1890 apud SOUZA, 2008). Logo, a acumulação de capital, que é considerada o motor do crescimento econômico, acaba piorando a situação dos trabalhadores com o achatamento dos níveis de seus salários e de suas condições de vida. Dessa forma, o

consumo será reduzido e o capitalista terá uma redução em seus lucros decorrentes dessa redução na demanda por mercadorias.

Na tentativa de se manter no mercado, as empresas precisam investir em capital. Aquelas que não conseguirem acumular capital e aumentar sua produtividade terão prejuízos e não conseguirão se manter no mercado. Apenas as mais fortes, do ponto de vista competitivo, conseguem permanecer no mercado (BRUE, 2011). Dessa forma, a riqueza e a renda acabam ficando centralizadas com os detentores dos meios de produção. Esse fator acaba reduzindo o mercado consumidor, pois apenas poucos dispõem de recursos para continuar consumindo mercadorias, e, consequentemente, também reduz os lucros das empresas produtoras.

Portanto, tanto o aumento do exército industrial de reservas quanto a centralização da riqueza e da renda acabam reduzindo o mercado consumidor e, consequentemente, os lucros dos capitalistas. Marx apresenta uma visão cética com relação ao capitalismo, pois acredita que ele possui contradições internas que acabam acelerando o seu fim e, pelo contrário do que afirmavam outros clássicos, para Marx, o capitalismo não levava ao desenvolvimento econômico. Na conclusão de Marx, a situação dos trabalhadores tende a piorar: o subdesenvolvimento econômico surge como resultado do crescimento econômico no interior de um país (SOUZA, 2008).

A distinção dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico foi também analisada por Schumpeter. Para explicar o processo de desenvolvimento, Schumpeter afirma que se faz necessária a introdução de inovações tecnológicas. Em uma economia onde não há inovações, o empresário não irá exercer papel algum. A economia é um fluxo circular, e esse fluxo constitui um sistema onde as condições de crescimento equilibrado são determinadas pela expansão demográfica, afirma Souza (2008), e as variações nas forças de trabalho é que determinam os níveis de acumulação de capital e expansão da renda.

O desenvolvimento seria um fenômeno que difere do fluxo circular e da tendência ao equilíbrio. O empresário, na busca por lucros adicionais, está disposto a introduzir no sistema econômico inovações tecnológicas. Ao passo que surgem novas combinações de insumos, gerando novos produtos, ocorre desenvolvimento (SOUZA, 2008).

Os empresários inovadores começam a produzir com uma base concorrencial forte, ao introduzir inovações tecnológicas, tornando seus custos de produção menores e sua produtividade cada vez maior, proporcionando lucros também crescentes. Dessa forma, segundo Brue (2006), o empreendedor acaba alterando o fluxo circular.

A criação de novos fatores, através de diferentes combinações de meios de produção já existentes, acaba eliminando os antigos processos e, com eles, as empresas que não aderirem ao processo de inovação tecnológica. A eliminação acontece porque o novo processo de produção gera uma maior produtividade e, consequentemente, um maior lucro para os empresários, esses lucros adicionais atraem mais empresas para o mercado. Uma concorrência maior nesse âmbito do mercado acaba reduzindo os preços dos produtos. Para conseguir se manter em um mercado onde a concorrência é mais acirrada, o empresário deve investir em processos de produção que reduzam seus custos e aumente sua produtividade, ou seja, deve haver inovação tecnológica. Esse processo é definido por Schumpeter como destruição criadora, por criar novos produtos e meios de produção mais eficientes e destruir os antigos métodos existentes. Esse processo de destruição leva a economia a um nível mais alto, decorrente do aumento da produtividade (DINIZ, 2010).

Portanto, a visão de desenvolvimento analisada por Schumpeter é baseada na inovação tecnológica introduzida pelas indústrias, fundamental para otimizar os recursos e possibilitar uma melhor competitividade.

Após os efeitos desastrosos da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos direcionaram recursos para a reconstrução da Europa. Os países latino-americanos começaram a almejar que os Estados Unidos também direcionassem recursos para a América Latina. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

As teorias Cepalinas tiveram forte influência sobre o rumo da política econômica dos países latino-americanos. O objetivo central da criação da Cepal estava ligado ao subdesenvolvimento da América Latina. Contudo, sua contribuição não era voltada apenas para o desenvolvimento econômico da região, a Cepal também visava reforçar as relações econômicas interna e externamente, ou seja, entre as próprias regiões da América Latina e entre essas regiões e o resto do mundo (BRUE, 2006). Em seguida, a atuação da Cepal passou também a abranger a região do Caribe e, desde então, a Cepal passou a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, incorporando o desenvolvimento social e sustentável.

A Cepal analisou e apontou alguns fatores como causas do subdesenvolvimento das regiões da América Latina e, entre os fatores externos, identificou uma deterioração nos termos de troca existente entre as regiões subdesenvolvidas e as regiões desenvolvidas. Essa deterioração estava ligada à dependência da América Latina em comprar produtos industrializados norte-americanos.

Segundo a Divisão Internacional do Trabalho, o avanço tecnológico tende a se distribuir de forma equitativa. A industrialização nos países desenvolvidos acaba beneficiando os países subdesenvolvidos, seja pela redução dos preços dos produtos importados por estes, seja pela maior demanda dos centros industriais em consequência da elevação da sua renda promovida pelo progresso técnico, o que resultaria na elevação dos preços dos produtos exportados pelas regiões subdesenvolvidas (SOUZA, 2008). Desta forma, para alcançar o desenvolvimento econômico, não era necessário haver industrialização nas regiões subdesenvolvidas.

No entanto, como afirma Bielschowsky (2000), a industrialização não alcançou as regiões periféricas da mesma forma que alcançou os grandes países. A produtividade na América Latina atingia apenas os setores de produção de alimentos e matérias-primas para exportação, que eram as principais atividades econômicas que esses países possuíam, enquanto os demais setores dessa região não eram afetados pela produtividade. Ao contrário, nos centros industriais, o desenvolvimento ocorria mais rápido porque a industrialização alcançava vários setores industriais. Isso explica as diferenças de vida entre essas duas regiões, visto que o aumento do nível da poupança, ou investimento, depende do aumento da produtividade (BIELSCHOWSKY, 2000). Essas diferenças econômicas contradizem com a tese da Divisão Internacional do Trabalho. Esse foi o primeiro ponto analisado por Raul Prebisch, economista da Cepal.

Para Prebisch (1949 apud SOUZA, 2008), existe uma deterioração dos termos de troca que pode ser explicada por um ciclo. Na primeira fase do ciclo, a ascendente, a demanda dos países desenvolvidos por produtos primários de países subdesenvolvidos é impulsionada pelo aumento da renda daqueles. Para responder a esse crescimento na demanda, os países subdesenvolvidos reagem aumentando sua oferta. O entrave nesse aumento da oferta é o tempo que leva para essas regiões elevarem sua oferta de produtos primários, visto que há uma defasagem de alguns anos para o aumento de sua produção.

No fim dessa primeira fase, os preços começam a cair e os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir sua oferta de imediato. Na fase descendente, apesar dos preços e demanda estarem menores, a redução da oferta de produtos primários não ocorre em igualdade com essa queda, diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, os industrializados, que podem ajustar sua oferta a qualquer momento, de acordo com a demanda existente.

Quando analisados os fatores internos, a Cepal observou o entrave causado pelo tamanho reduzido do mercado interno juntamente com uma alta taxa do crescimento

populacional. As consequências desses fatores iam contra o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas. O aumento da taxa de crescimento populacional repercute no aumento dos gastos sociais do Estado, reduzindo os investimentos. O desemprego e o custo de vida se elevam, enquanto a renda da população se contrai.

Feitas essas análises, pode-se observar que há um desequilíbrio no processo de desenvolvimento das economias da América Latina quando comparadas com o desenvolvimento das economias norte-americanas. A solução, segundo a Cepal, seria industrializar o país, apenas dessa forma ele conseguiria captar parte do progresso técnico e do aumento do padrão de vida (BIELSCHOWSKY, 2000). Segundo o pensamento Cepalino, o processo de industrialização seria possível através do processo de substituição de importações, onde os bens que antes eram importados passariam a ser produzidos internamente.

Essa teoria também foi abordada por Celso Furtado, economista da Cepal. Furtado abordou alguns fatores que causam o subdesenvolvimento das regiões latino-americanas. No âmbito da Cepal, Furtado procurou identificar os fundamentos do desenvolvimento econômico partindo de pontos históricos e apontando requisitos que, mesmo sendo necessários para o desenvolvimento econômico, se mostram ausentes nas economias subdesenvolvidas.

Segundo Furtado (2003), os fatos históricos relatam que a situação periférica é uma característica histórica dessas regiões, isso significa que essa não é uma característica essencial de todas as regiões que chegaram ao desenvolvimento, mas sim um fator histórico independente e que acabou dividindo o mundo em centro e periferia. As regiões periféricas não possuem condições para propiciar a propagação do progresso técnico, sendo a incorporação desses avanços tecnológicos um processo viabilizado de fora para dentro, onde as regiões periféricas importam produtos industrializados e produzem internamente produtos primários para exportação. Logo, esse processo de propagação mostra-se desigual e apresenta uma dependência externa contínua, quando comparadas as economias centrais com as periféricas.

A solução para o desenvolvimento, segundo Furtado, seria a industrialização por substituição de importações, que possui a finalidade de deixar o mercado interno mais forte e mais produtivo, ao passo que reduz as importações de países centrais.

Segundo Brum (2009), o processo de substituição se daria através de três fases, começando da fase mais simples até a mais complexa. Na primeira fase estava a produção de bens de consumo não-duráveis; a segunda fase seria um pouco mais complexa, que era a

produção de bens de consumo duráveis; a terceira, por sua vez, exigia uma experiência maior, com alta aplicação tecnológica para a produção de bens de capital e insumos básicos. Brum (2009) ainda ressalta que a indústria, entre as atividades econômicas, era a que mais atraía capital e mão-de-obra, pelo fato da agricultura estar estagnada e a indústria se expandindo.

Deste modo, a Cepal elaborou uma análise sobre a realidade econômica dos países subdesenvolvidos. As conclusões de Prebisch e Furtado foram de suma importância para o pensamento das teorias Cepalinas, estando relacionadas à deterioração dos termos de troca e ao entrave para a propagação do processo de industrialização. Como resposta ao atraso apontado nas regiões latino-americanas, a Cepal apontou como solução a industrialização dessas regiões, viabilizada pelo processo de substituição de importações.

4 CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO POLÊMICA

4.1. CRESCIMENTO COMO SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO

Durante algum tempo, dentro da ciência econômica, o crescimento econômico foi tido como semelhante ao desenvolvimento econômico. Se um país registrasse um aumento na sua renda per capita ao longo do tempo, este estaria alcançando uma rota de crescimento/desenvolvimento econômico. Desta forma, este fenômeno seria sempre observado, quando o crescimento do PIB de uma nação superasse o seu crescimento vegetativo. Logo, a única variável a ser observada era a renda per capita.

Para os defensores dessa corrente, um país torna-se subdesenvolvido devido ao não aproveitamento pleno de seus recursos, o que faz com que ele cresça menos que os outros países, os desenvolvidos. Com uma inspiração teórica, esses autores que consideram o crescimento igual ao desenvolvimento afirmam que a renda, sendo distribuída diretamente entre os produtores que detêm os fatores de produção, gera uma melhora nos padrões de vida acarretando no desenvolvimento econômico (SOUZA, 2008).

O ponto fraco desta análise é ignorar que os países possuem diferentes níveis de concentração de riqueza e renda. Mais para frente, fora criado o Índice de Gini para dar conta desta questão.

4.2. CRESCIMENTO COMO CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO, MAS NÃO SUFICIENTE (A PROPOSTA DO IDH)

A expansão da economia nem sempre beneficia a todos. Se uma economia está crescendo não significa necessariamente que o desemprego esteja diminuindo na mesma proporção, pois se devem observar variáveis que contribuem para o crescimento da economia, porém, afetam negativamente o desemprego, como os avanços tecnológicos.

Segundo Souza (2008), o desenvolvimento econômico demanda um crescimento econômico contínuo superior ao crescimento da população, mas também requer mudanças estruturais e melhorias nos indicadores econômicos e sociais. Um crescimento populacional abaixo do crescimento econômico é necessário para que o nível de emprego seja mantido, ou

expandido, acarretando em uma maior arrecadação por parte do governo e, consequentemente, maior investimento e melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

Quando a análise é realizada pelo lado da renda, um crescimento da mesma não significa uma melhoria no indicador populacional em termos sociais. Para que essa análise seja feita, é necessário analisar como a renda está sendo distribuída entre a população, ou se apenas está ocorrendo um crescimento com concentração da renda, bem como as condições de saúde e educação.

Anteriormente, os países eram classificados em pobres ou ricos, de acordo com seu PIB, e não era levado em consideração nessa análise o bem-estar social da população, sendo analisada apenas a questão econômica do desenvolvimento. Segundo Veiga (2010), até 1960 não se notava a necessidade de diferenciar desenvolvimento e crescimento econômico porque os poucos países desenvolvidos haviam se tornado ricos devido à industrialização e, por outro lado, os subdesenvolvidos eram os pobres, onde o processo de industrialização nem havia começado. Com o passar do tempo, fora se notando que os países subdesenvolvidos que apresentavam desenvolvimento econômico não resultaram essencialmente em melhores condições de acessibilidade dessas populações a fatores econômicos e sociais.

Preocupado em avaliar como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida da população, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo Albuquerque (2011), o IDH é uma medida sintética de desenvolvimento estimada para diversos países pelo PNUD, podendo variar entre 0 e 1.

O IDH é publicado anualmente no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil e tornou-se uma referência mundial. Funcionando como um parâmetro para medir o desenvolvimento econômico, e não se resumindo apenas à renda per capita, o IDH analisa a situação de um país ao longo do tempo, bem como sua situação com os demais países em uma série histórica. Segundo informações do PNUD, o cálculo do IDH varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Esse cálculo é realizado em três dimensões: longevidade, medida pela expectativa de vida; educação, medida pela média de anos de educação de adultos (a partir de 25 anos) e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; e padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita[2].

[2] Informações disponíveis em: http://www.pnud.org.br.

4.3. O DESENVOLVIMENTO BASEADO NA AMPLIAÇÃO DAS LIBERDADES HUMANAS

O enfoque de Amartya Sen sobre o desenvolvimento contraria análises mais limitadas acerca do tema. Para as teorias com análises mais restritas, o desenvolvimento de um país é medido por vários indicadores, como PIB per capita, RNB, nível educacional, avanços tecnológicos, entre outros fatores. Um país pode ser considerado desenvolvido em termos desses indicadores econômicos, mas pode, ao mesmo tempo, ser considerado subdesenvolvido se forem analisadas variáveis qualificativas mais complexas, como a ampliação das liberdades humanas. O desenvolvimento humano requer atenção a diversos aspectos e uma combinação de processos econômicos e sociais (SEN, 1993), e é baseado nessas análises que Sen se posiciona a respeito do desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento de um país está baseado na expansão das liberdades humanas dentro da sociedade. O desenvolvimento requer uma ampliação das liberdades humanas e uma remoção das fontes de privações, tais como a pobreza e a tirania, a intervenção excessiva dos Estados repressivos, o descaso dos serviços públicos e a carência de assistência social (SEN, 2000).

Sen apresenta uma análise subjetiva sobre o desenvolvimento, onde ele deve ser avaliado juntamente com as liberdades que as pessoas possuem dentro da sociedade. As liberdades agem como um meio e um fim do desenvolvimento e estão associadas a vários aspectos. Para mencioná-las, Sen as analisa sob duas formas: o papel constitutivo, também chamado de fim primordial do desenvolvimento, e o papel instrumental das liberdades, também conhecido como principal meio para o desenvolvimento.

Segundo Pinheiro (2012), as liberdades substantivas dos indivíduos, como a capacidade de evitar a fome, as doenças e a morte precoce, a possibilidade de ser alfabetizado e a participação nas decisões políticas, são a essência do desenvolvimento. Dessa forma, dentro do aspecto constitutivo, o desenvolvimento não pode deixar fora de sua análise essas formas de privações, que podem ser eliminadas ao passo que as pessoas adquirem alguns direitos, permitindo-lhes uma maior margem de escolhas. Essas formas substantivas de liberdades são inerentes ao processo de desenvolvimento, por isso, ditas como um papel constitutivo da liberdade no desenvolvimento.

O papel instrumental estabelece os diversos tipos de direitos e oportunidades obtidas pelos indivíduos que são base para a formação de novas liberdades. Sen (2000) apresenta cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas; facilidades econômicas; garantias

de transparência; oportunidades sociais; e segurança protetora. Para ele, essas liberdades são tidas como interligadas, pois uma serve para complementar a outra no sentido de expansão da liberdade humana no geral. Além disso, os diferentes tipos de liberdades instrumentais contribuem para a formação de novas formas de liberdades.

Segundo Sen (2000), a pobreza é vista como privação das capacidades básicas em vez de ser medida como o baixo nível de renda. Portanto, atribuindo o conceito de privação das liberdades humanas à pobreza, para que ocorra desenvolvimento é necessário acabar, ou ao menos reduzir, a pobreza multidimensional. Dessa forma, o Estado intervém no processo de desenvolvimento para garantir que haja a expansão das formas e das dimensões da liberdade, ou seja, para garantir a redução da pobreza multidimensional.

Com base no argumento de que o desenvolvimento não ocorre baseado em um aspecto isolado e mesmo a renda sendo utilizada como um indicador de desenvolvimento, há outros aspectos sobre a privação da capacidade além do nível de renda que tornam a mensuração do desenvolvimento econômico um processo complexo e de difícil mensuração. Logo, seria necessário ampliar a base de avaliação do desenvolvimento para além da renda, com dados que mensurassem a verdadeira liberdade humana individual. Sen retrata que nenhum índice de desenvolvimento pode sintetizar o complexo processo de desenvolvimento (VEIGA, 2010).

4.4. O DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

A visão de desenvolvimento sustentável abrange uma definição mais completa de desenvolvimento do que a abordada pelo PNUD. A ideia básica é a de que haja preservação do meio ambiente, ou seja, é preciso o crescimento das potencialidades de uma região sem que exista um comprometimento de possibilidades de desenvolvimento de gerações futuras. Segundo Souza (2008), desenvolvimento sustentável é aquele que preserva o meio ambiente, principalmente os recursos naturais não renováveis.

Se tratando de desenvolvimento sustentável, torna-se necessário analisar como o crescimento econômico contínuo pode atingir o meio ambiente no longo prazo, visto que esse crescimento pode gerar externalidades negativas. Segundo Sachs (2004 apud VEIGA, 2010), os objetivos de sustentabilidade formam um tripé quando consideradas as dimensões ambientais e ecológicas: preservar o potencial da natureza para produzir recursos renováveis;

limitar a utilização de recursos não renováveis; e ênfase na capacidade de autodepuração dos ecossistemas culturais.

Souza (2008) aborda algumas medidas que já foram tomadas levando em consideração a questão ambiental e tentando promover o desenvolvimento humano sustentável, como a Agenda 21, elaborada na conferência Eco-92, onde cada país se comprometeu a defender várias questões no seu país e, entre elas, o problema ambiental; o protocolo de Kyoto, elaborado pela ONU, onde os países industrializados firmaram o compromisso de reduzir a emissão de gases que agravam o efeito estufa; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, formada por representantes de 200 países, onde foi discutido o desenvolvimento sustentável, procurando conciliá-lo com o crescimento econômico e com a justiça social; e a Lei do Ar Limpo, aprovada pelo Congresso dos EUA, que foi de suma importância para a redução da emissão de dióxido de enxofre na atmosfera.

A proposta para esse tipo de desenvolvimento é promover o desenvolvimento de tecnologias que não causem danos ao meio ambiente, dessa forma, elas irão proporcionar tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento econômico de forma sustentável, podendo atender às necessidades de gerações futuras. A sustentabilidade, dentro da visão de crescimento e desenvolvimento econômico, começa a ser encarada não apenas como uma iniciativa tomada por parte do governo, mas como um processo de desenvolvimento da consciência social e ambiental de toda a população, com a utilização mais responsável dos recursos ambientais, principalmente dos recursos não renováveis.

5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CARUARU NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

5.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Ao longo das décadas, o município de Caruaru, localizado no estado de Pernambuco, cresceu e, atualmente, apresenta destaque como o mais importante polo econômico, acadêmico, médico-hospitalar, cultural e turístico do Agreste[3]. Também conhecida como "Princesa do Agreste", "Capital do Forró" e "Capital do Agreste", em 2010, Caruaru apresentou 314.912 habitantes[4], sendo 88,8% residentes na área urbana e 11,2% na área rural. Esses dados podem ser vistos com mais detalhes na tabela 2. Caruaru apresentou uma população estimada em 2014 de 342.328 habitantes[5]. A evolução da população de Caruaru de 1991 a 2010 pode ser observada no gráfico 1.

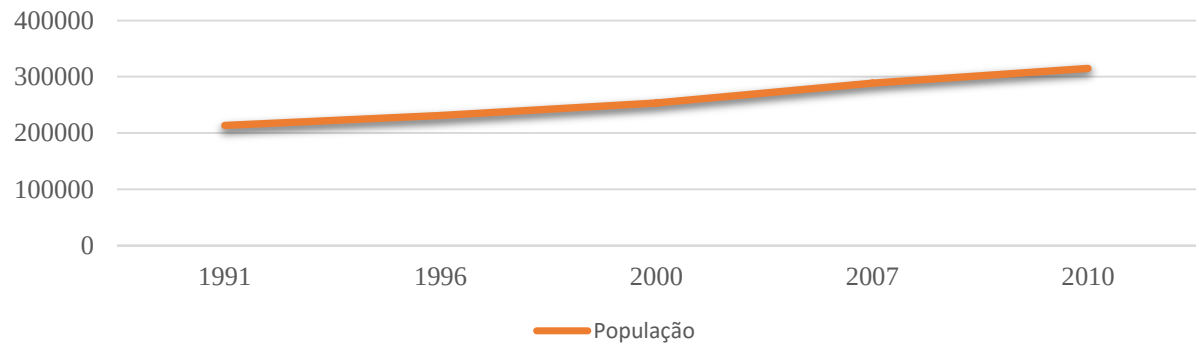
Tabela 2 – População Urbana e Rural por Idade no Município de Caruaru em 2010

Urbana	Quantidade	(%)	Rural	Quantidade	(%)
0 a 4 anos	20.708	7,4	0 a 4 anos	3.220	9,1
5 a 9 anos	22.415	8,0	5 a 9 anos	3.361	9,5
10 a 14 anos	24.092	8,6	10 a 14 anos	3.949	11,2
15 a 19 anos	25.489	9,1	15 a 19 anos	3.500	9,9
20 a 24 anos	27.982	10,0	20 a 24 anos	3.461	9,8
25 a 29 anos	26.540	9,5	25 a 29 anos	2.873	8,1
30 a 39 anos	45.587	16,3	30 a 39 anos	4.937	13,9
40 a 49 anos	36.038	12,9	40 a 49 anos	3.944	11,2
50 a 59 anos	22.605	8,0	50 a 59 anos	2.254	6,4
60 a 69 anos	15.049	5,4	60 a 69 anos	1.939	5,5
70 anos ou mais	13.083	4,7	70 anos ou mais	1.886	5,3
Total	279.588	100	Total	35.324	100

[3] Dados do site oficial da prefeitura de Caruaru (http://www.caruaru.pe.gov.br/).
[4] IBGE, Censo Demográfico 2010.
[5] IBGE: estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

Gráfico 1 – Evolução da População de Caruaru no período 1991- 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010; Contagem Populacional 1996 e 2007. Elaboração própria.

Ainda em termos populacionais, a tabela 3 apresenta três indicadores populacionais para Pernambuco e para três municípios que se destacam no Polo de Confecções do Agreste, são eles: Caruaru, Santa Cruz e Toritama. O primeiro aparece como o segundo município em termos de densidade demográfica, ficando atrás do município de Toritama. Os outros dois indicadores são a taxa de urbanização dos municípios, que mede a percentagem da população urbana em relação à população total, e a taxa média geométrica de crescimento populacional, ambos expressos em percentagem. O município de Toritama também aparece liderando posição nesses dois indicadores, enquanto o município de Caruaru aparece em terceiro lugar.

Tabela 3 – Indicadores Demográficos das Regiões Selecionadas Segundo o Censo Demográfico 2010

Região	Densidade demográfica (hab/km²) Ano 2010	Taxa de urbanização (%) Ano 2010	Taxa média geométrica de crescimento populacional (% a.a.) Ano 2000-2010
Pernambuco	89,62	80,17	1,06
Caruaru	342,07	88,78	2,19
Santa Cruz do Capibaribe	261,20	97,73	4,02
Toritama	1.383,21	95,98	5,01

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM. Elaboração própria.

No âmbito econômico, a cidade de Caruaru apresenta uma grande movimentação capitaneada, em boa parte, pelo setor comercial. Nesse sentido, pode-se ressaltar a Feria de Caruaru, que é dividida principalmente em três segmentos: Feira Livre, Feira da Sulanca e Feira de Artesanato. Um destaque pode ser dado à Feira da Sulanca, umas das mais importantes feiras populares da Região Nordeste, que, além de movimentar a economia caruaruense, também é tida como um dos pontos turísticos da cidade. A diversidade dos produtos comercializados na Feira da Sulanca e seus preços acessíveis são grandes aliados para o fortalecimento econômico da cidade e, inclusive, acabam impulsionando as vendas de tecidos, peças de carro e moto, entre outros, no setor formal da economia, localizado no Parque 18 de Maio.

Além de se destacar como polo comercial, a região também apresenta importantes destinos turísticos, com maior atração durante o período junino, onde é comemorado o São João de Caruaru. O São João acaba gerando importantes externalidades positivas na economia da região, pois promove uma grande movimentação na economia local e no entorno do município, em menor medida, é claro. Durante o período comemorativo são gerados empregos diretos e indiretos. A polícia militar informou que mais de 1 milhão e 70 mil pessoas visitaram Caruaru durante a festa junina no ano de 2014.[6]

Outro setor importante para a economia local é a Indústria, com destaque para o Distrito Industrial de Caruaru – Polo de Desenvolvimento Sustentável do Agreste (PDSA). Até o fim do ano de 2014, o Distrito contava com 105 grandes indústrias, gerando mais de 5 mil empregos nos seus dois módulos, com previsão de aumento para o ano de 2015 com a criação de mais um módulo do PDSA e do Distrito Têxtil. Esses fatores deverão refletir positivamente no PIB da região[7] quando os investimentos estiverem maturados.

O município de Caruaru está recebendo, nos últimos tempos, uma quantidade considerável de investimentos nas áreas comerciais, industriais, educacionais, entre outras, que são de suma importância para seu crescimento e desenvolvimento. Segundo divulgação no site da revista Exame, de circulação nacional, uma pesquisa revelou que Caruaru está entre as 100 melhores grandes cidades do Brasil. A pesquisa foi realizada pela consultoria Delta Economics & Finance e, para a pesquisa, foram analisadas 77 características das diversas cidades, entre elas, aspectos relativos: à saúde, educação, segurança pública, economia, qualidade de vida, saneamento básico e domicílio.

[6] Apud prefeitura de Caruaru, 2014.
[7] Informações do portal do Gabinete Digital de Caruaru.

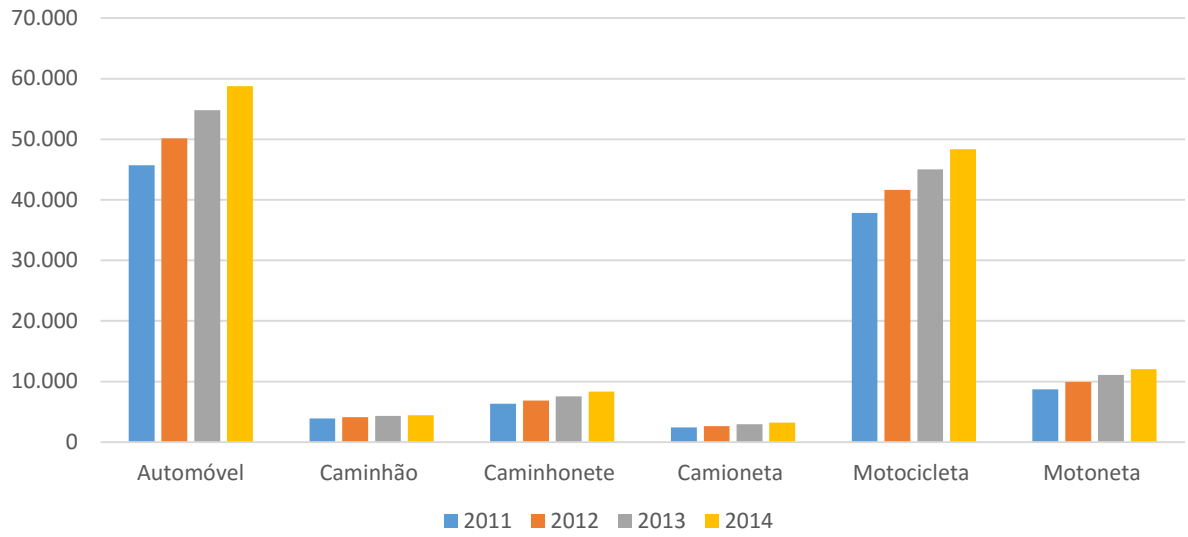
Diante de vários aspectos regionais, também se pode ressaltar outro setor que apresentou destaque: o setor educacional. Atualmente, Caruaru possui 19 instituições de ensino superior presenciais e à distância[8], com mais de 34 cursos superiores, 12 tecnológicos e 43 de pós-graduações[9]. A análise desses números educacionais demonstra o investimento voltado para a especialização e a qualificação profissional da população, fatores importantes na contribuição do crescimento e desenvolvimento da cidade, visto que, além de algumas qualificações serem requisitos para a ocupação de alguns empregos e cargos na região, a especialização e a qualificação também são fatores necessários na análise do índice do desenvolvimento da cidade. Além dessas, outras variáveis econômicas e sociais necessitam ser avaliadas com mais detalhes para se ter ciência do real crescimento e desenvolvimento da região.

5.2. EVOLUÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A análise da frota de veículos se torna uma variável importante de análise, pois é possível supor que o aumento no número de veículos tem certa relação a melhorias nas condições sociais da população. A análise é realizada no gráfico 4 que faz referência aos tipos de veículos em Caruaru de 2011 a 2014. A maior participação por tipo de veículos é dos automóveis em todos os anos do período selecionado. De modo inverso, a menor participação é representada pelas camionetas. Outro tipo de veículo que também se destaca além dos automóveis são as motocicletas. Em uma análise mais ampla para o período 2011 a 2014, o total de veículos em Caruaru aumentou para todos os tipos de veículos que foram analisados.

[8] Informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação 2015 - Sistema e-MEC.
[9] Dados do site oficial da prefeitura de Caruaru, 2014.

Gráfico 2 – Evolução da Frota Mais Expressiva de Veículos em Caruaru no período 2011 – 2014



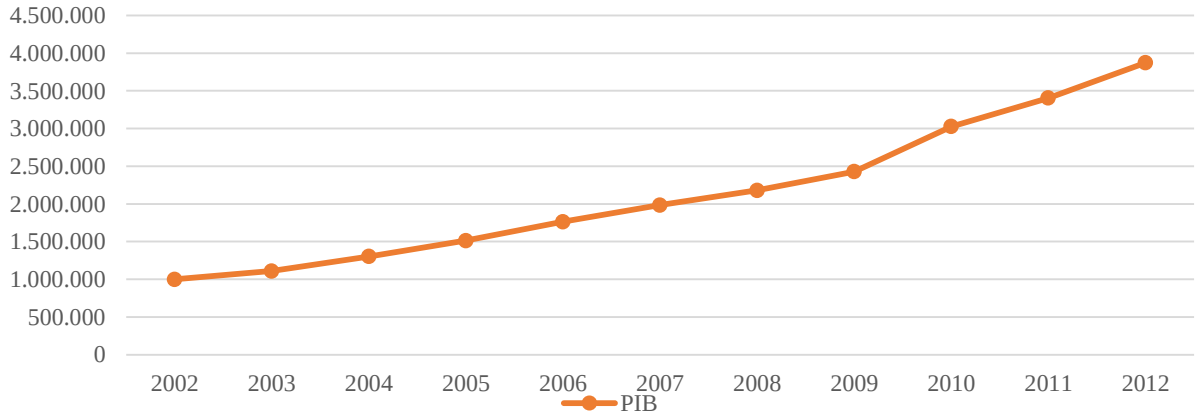
Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

5.3. DIMENSÃO ECONÔMICA

Para que seja possível realizar uma análise econômica para Caruaru, serão observadas a evolução de algumas variáveis das principais atividades econômicas da cidade. Em seguida, para observar o progresso, ou retrocesso, das atividades por setor e de algumas variáveis relacionadas, como por exemplo o PIB, será analisado se ocorreu melhora dessas ao longo do tempo. Dessa forma, será possível perceber quais aspectos, contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

Um fator considerado de grande importância com relação ao desempenho econômico de uma região é o Produto Interno Bruto (PIB), pois mostra a capacidade de produção e de geração de renda de uma economia. A evolução do PIB nominal de Caruaru de 2002 a 2012 é apresentada no gráfico 3. Pode-se notar que houve aumento do PIB durante todos os anos, tendo ocorrido sua maior elevação no período de 2009 para 2010. Dessa forma, verifica-se um crescimento do produto gerado no município de Caruaru.

Gráfico 3 – Evolução do PIB nominal de Caruaru no Período 2002 – 2012



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM - BDE. Elaboração Própria.

Em uma análise mais abrangente, a tabela 4 mostra o ranking dos 11 municípios de maior PIB a preços correntes no estado de Pernambuco durante o período 2009-2012.

Tabela 4 – PIB a Preços Correntes nos Municípios Pernambucanos Selecionados no período de 2009 a 2012 (em R$ Milhões)

(continua)

RANKING				MUNICÍPIOS	ANO			
2009	2010	2011	2012		2009	2010	2011	2012
1 º	1 º	1 º	1 º	Recife - PE	24.720.436	30.176.875	33.138.833	36.821.898
2 º	3 º	3 º	3 º	Jaboatão dos Guararapes - PE	7.286.182	7.690.587	8.493.120	9.480.125
3 º	2 º	2 º	2 º	Ipojuca - PE	6.884.363	9.203.983	9.617.184	11.595.851
4 º	4 º	4 º	4 º	Cabo de Santo Agostinho - PE	3.598.053	4.520.568	5.254.019	6.006.252
5 º	6 º	5 º	7 º	Olinda - PE	2.604.917	3.153.087	3.405.765	3.687.724
6 º	7 º	6 º	5 º	Caruaru - PE	2.428.599	3.026.554	3.404.463	3.872.947
7 º	5 º	7 º	6 º	Petrolina - PE	2.324.726	3.188.898	3.315.057	3.786.065

Tabela 5 – PIB a Preços Correntes nos Municípios Pernambucanos Selecionados no período de 2009 a 2012 (em R$ Milhões)

(conclusão)

RANKING				MUNICÍPIOS	ANO			
2009	2010	2011	2012		2009	2010	2011	2012
8 º	8 º	8 º	8 º	Paulista - PE	1.821.544	2.211.206	2.477.669	2.805.476
9 º	10 º	10 º	10 º	Igarassu - PE	1.072.346	1.195.424	1.322.093	1.470.899
10 º	9 º	9 º	9 º	Vitória de Santo Antão - PE	1.050.231	1.408.677	1.663.579	1.950.780
11 º	11 º	11 º	11 º	Garanhuns - PE	938.702	1.121.414	1.201.201	1.389.009

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios. Elaboração própria.

O município de Recife lidera o ranking, apresentando-se com o maior PIB pernambucano e mantém a tendência durante todos os anos analisados. Dos 185 municípios que Pernambuco possui, no ranking do PIB em 2010, Caruaru atinge o 7º lugar. Em 2012, Caruaru sobe de posição e aparece em 5º lugar. Em uma análise geral, pode-se perceber que houve elevação do PIB em todos os municípios durante o período considerado, o que significa dizer, que houve crescimento econômico.

Além da mensuração do PIB dos munícipios, torna-se relevante a mensuração da participação do PIB de cada município no PIB de Pernambuco. Dessa forma, é possível ter uma visão mais abrangente acerca do crescimento econômico de Caruaru e verificar se o aumento de seu PIB durante o período de 2009 a 2012 implicou também em um aumento da sua participação na economia do estado durante o mesmo período.

A tabela 5 mostra a participação, em porcentagem, do PIB nominal dos munícipios no PIB nominal de Pernambuco durante os anos 2009-2012. A cidade que possui uma maior participação no PIB pernambucano é Recife, chegando a 31,74% em 2011. Apesar de mostrar liderança em todos os anos, a participação do PIB de Recife no PIB de Pernambuco mostra uma redução em 2012. Caruaru chega a ocupar o 5º lugar no ranking em 2012, com uma participação de 3,30%. Uma análise para Caruaru durante os quatro anos considerados na

tabela 5 pode mostrar que Caruaru obteve um aumento de sua participação no PIB de Pernambuco, saindo de 3,10% em 2009 e chegando a 3,30% em 2012.

Os municípios de Caruaru e Jaboatão dos Guararapes apresentaram aumento em seu PIB durante o período analisado, assim como mostra a tabela 4. Porém, diferentemente de Caruaru, Jaboatão dos Guararapes apresentou uma redução da participação do seu PIB no PIB pernambucano, passando de 9,29% em 2009 para 8,08% em 2012.

Tabela 6 – Participação (%) do PIB dos Municípios no PIB de Pernambuco (2009 – 2012)

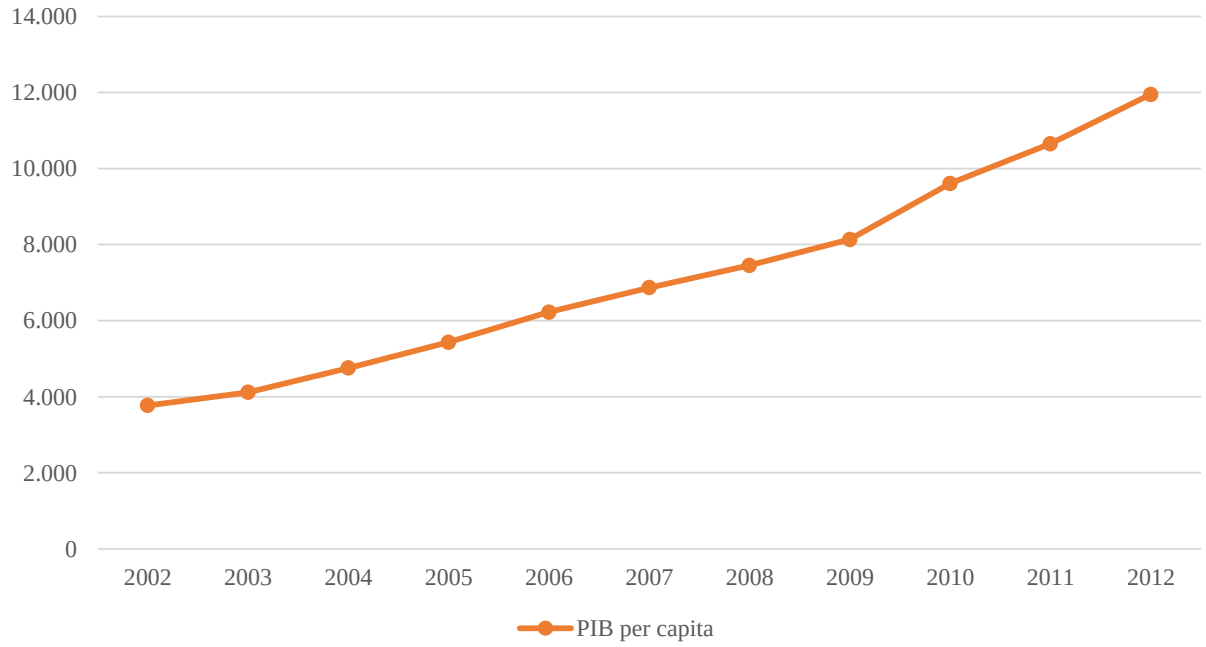
RANKING				MUNICÍPIOS	ANO			
2009	2010	2011	2012		2009	2010	2011	2012
1 º	1 º	1 º	1 º	Recife - PE	31,52	31,70	31,74	31,38
2 º	3 º	3 º	3 º	Jaboatão dos Guararapes - PE	9,29	8,08	8,14	8,08
3 º	2 º	2 º	2 º	Ipojuca - PE	8,78	9,67	9,21	9,88
4 º	4 º	4 º	4 º	Cabo de Santo Agostinho - PE	4,59	4,75	5,03	5,12
5 º	6 º	5 º	7 º	Olinda - PE	3,32	3,31	3,26	3,14
6 º	7 º	6 º	5 º	Caruaru - PE	3,10	3,18	3,26	3,30
7 º	5 º	7 º	6 º	Petrolina - PE	2,96	3,35	3,18	3,23
8 º	8 º	8 º	8 º	Paulista - PE	2,32	2,32	2,37	2,39
9 º	10 º	10 º	10 º	Igarassu - PE	1,37	1,26	1,27	1,25
10 º	9 º	9 º	9 º	Vitória de Santo Antão - PE	1,34	1,48	1,59	1,66
11 º	11 º	11 º	11 º	Garanhuns - PE	1,20	1,18	1,15	1,18

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM – Contas Regionais. Elaboração própria.

Outro indicador também utilizado mensurar a produção gerada em uma economia é o PIB per capita. Esse indicador permite que sejam confrontados os dados do produto gerado por uma região com o tamanho de sua população em um determinado período de tempo e, dessa forma, verificar se o crescimento do PIB acompanhou o crescimento da população. No caso da análise municipal, o produto gerado e o tamanho da população considerados serão os municipais. O gráfico 4 mostra a evolução do PIB nominal per capita de Caruaru de 2002 a 2012. Observa-se que o PIB per capita de Caruaru chegou a 2012 com um valor aproximadamente três vezes maior que o apresentado em 2002. Uma limitação da análise é a

questão de esses dados serem nominais. Porém, o fato de o país ter vivenciado um cenário de estabilidade econômica nesse período, possibilita um entendimento de melhoria na condição de vida da população do ponto de vista da renda. É bem verdade que, nesse sentido, a observação do comportamento do Índice de Gini é de fundamental importância para uma afirmação mais consistente.

Gráfico 4 – Evolução do PIB Per Capita de Caruaru no período 2002 – 2012



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM - BDE. Elaboração própria.

A tabela 6 revela os 14 municípios pernambucanos que apresentam os maiores PIBs nominais per capita, além do ranking entre eles nos anos 2011 e 2012. Ao confrontar as tabelas 4 e 6, pode-se notar algumas variações. Recife, que na tabela 4 liderava o ranking do maior PIB em Pernambuco, agora passa a ocupar a 5ª posição no PIB per capita em 2012. A cidade de Caruaru seguiu a mesma análise. Na tabela 4, situou-se alternadamente entre a 6ª e 5ª posição durante 2011 e 2012, respectivamente, ao passo que na tabela 6 caiu para a 13º posição durante o mesmo período. Analisando a tabela 6 durante os anos de 2009 a 2012, pode-se notar que o PIB per capita de Caruaru aumentou, mas que não foi o suficiente para que melhorasse sua colocação no ranking.

Tabela 7 – PIB Per Capita por Municípios de Pernambuco no período de 2009 a 2012 (R$1,00)

RANKING			ANO			
2011	2012	MUNICÍPIOS	2009	2010*	2011*	2012*
1º	1 º	Ipojuca	91.169	114.276	116.888	138.273
2 º	2 º	Cabo de Santo Agostinho	20.970	24.419	28.072	31.742
3 º	4 º	Petrolândia	15.393	20.163	21.733	24.548
4 º	5 º	Recife	15.830	19.634	21.428	23.679
5 º	3 º	Itapissuma	19.927	20.421	21.058	30.408
6 º	6 º	Camutanga	15.259	18.413	21.034	23.151
7 º	7 º	Fernando de Noronha	8.996	12.812	14.424	16.137
8 º	9 º	Jaboatão dos Guararapes	10.595	11.929	13.071	14.478
9 º	10 º	Igarassu	10.703	11.721	12.769	14.008
10 º	8 º	Vitória de Santo Antão	8.309	10.791	12.706	15.017
11 º	11 º	Belo Jardim	9.147	10.904	11.929	13.353
12 º	12 º	Petrolina	8.248	10.844	11.059	12.399
13 º	13 º	Caruaru	8.136	9.610	10.653	11.950
14 º	14 º	Goiana	8.213	9.765	10.424	11.492

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM – Contas Regionais. Elaboração própria.
(*) os dados de 2010, 2011 e 2012 são preliminares, podendo sofrer alterações.

A economia de Caruaru apresenta como base econômica a agricultura, a indústria e os serviços. O setor de serviços é predominante, seguido pelo setor industrial e, em seguida, pela agricultura, como pode ser visto na tabela 7, que revela a composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Caruaru, no período 2002 a 2012.

Tabela 8 – Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Caruaru no período 2002 – 2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária (%)	1,29	1,44	1,21	1,17	0,98	0,98	1,04	1,17	0,81	0,67	0,57
Indústria (%)	13,70	13,94	14,84	13,51	14,31	14,55	13,91	13,91	13,77	16,85	17,53
Serviços (%)	84,99	84,60	83,93	85,30	84,71	84,47	85,04	84,93	85,42	82,47	81,89

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM
Nota: Ano de referência 2002.

Pode-se observar, com base na tabela 7, que o setor de serviços mostra extrema relevância na economia de Caruaru, liderando em todos anos (2002-2012) a participação no Valor Adicionado Bruto com mais de 50%. Vale destacar que esse setor engloba vários ramos de atividades, o que acaba dificultando sua análise. Neste segmento, inclui-se também os trabalhos informais e, dessa forma, a análise desse setor pode levar a conclusões que, em algum grau, diferem da realidade.

Em termos de geração de trabalho, o turismo em Caruaru também é considerado uma das atividades que possui grande empregabilidade, seja de forma direta ou indireta. A explicação está ligada ao fato do turismo associar um conjunto de serviços e produtos interdependentes que são ofertados aos turistas.

Como o município de Caruaru dispõe de equipamentos e serviços turísticos, como restaurantes, serviços de hospedagem, agências de viagens, atividades de entretenimento, etc, a cidade acaba atraindo o turismo, que apresenta grande participação na economia da região. Segundo o Inventário Turístico de 2008, os restaurantes, bares, agências e os diversos meios de hospedagem geram um total de 651 empregos diretos permanentes em Caruaru[10].

Além dos serviços ofertados em Caruaru para a atração turística, a cidade também dispõe de atrativos culturais o que acabam atraindo os visitantes através das mais diferentes motivações. No âmbito cultural, pode-se destacar as obras de barro, que são destaque no Alto

[10] Secretaria de Turismo de Caruaru, 2008 apud Perfil Socioeconômico de Caruaru, 2011.

do Moura[11] e na Feira de Caruaru, além de ser um meio de vida para vários artesãos, contribuindo, assim, para a geração de emprego e renda.

O setor de confecções também apresenta destaque na economia regional. Caruaru integra o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, o qual concentra um grande volume de trabalho informal. O trabalho informal é integrado pela parte da população que não conseguiu se inserir no mercado de trabalho formal e, para essas pessoas, estar inserido no mercado informal é uma forma de sobrevivência.

Pode-se afirmar que boa parte da competitividade do polo de confecções é espúria, fruto da informalidade, da expropriação da força de trabalho, bem como do resgate de uma das mais antigas formas de organização do trabalho, denominada de trabalho familiar, a qual é bastante expressiva no bairro do Salgado, onde é comum, durante as madrugadas, presenciar casas com as luzes acesas e muito trabalho.

Para uma visão mais precisa da participação do setor informal na economia caruaruense, a tabela 8 contém dados acerca das unidades produtivas formais e informais para dez municípios em 2012. Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama concentram o maior número de unidades produtivas tanto formais quanto informais. Com destaque em participação, as unidades produtivas informais aparecem representando 78,7% das unidades produtivas totais em Caruaru. Não apenas em Caruaru, mas as unidades informais lideram participação também nos outros municípios.

Tabela 9 – Quantidade de Unidades Produtivas em 2012, Segundo Formalidade e Informalidade, por Município Selecionado

(continua)

	Unidades Produtivas Formais		Unidades Produtivas Informais	
Municípios	Quantidade de formais	% das formais no total das unidades produtivas	Quantidade de informais	% das informais no total das unidades produtivas
Agrestina	38	12,7	261	87,3
Brejo da Madre de Deus	223	16,0	1.173	84,0

[11] Bairro de Caruaru e importante ponto turístico da cidade.

Tabela 10 – Quantidade de Unidades Produtivas em 2012, Segundo Formalidade e Informalidade, por Município Selecionado

(conclusão)

	Unidades Produtivas Formais		Unidades Produtivas Informais	
Municípios	Quantidade de formais	% das formais no total das unidades produtivas	Quantidade de informais	% das informais no total das unidades produtivas
Caruaru	963	21,3	3.568	78,7
Cupira	22	16,3	113	83,7
Riacho das Almas	76	18,3	339	81,7
Santa Cruz do Capibaribe	1.349	18,8	5.820	81,2
Surubim	150	33,0	304	67,0
Taquaritinga do Norte	128	10,8	1.057	89,2
Toritama	644	22,9	2.174	77,1
Vertentes	72	18,0	329	82,0
TOTAL	**3.666**	**19,5**	**15.138**	**80,5**

Fonte: Estudo Econômico do APL de Confecções do Agreste Pernambucano. (SEBRAE/PE – 2012).

O município de Caruaru possui um Polo de Confecções e a feira da Sulanca que se destacam no setor de confecções, ambos contemplam o mercado informal e geram uma grande movimentação na economia caruaruense. Dados mais precisos podem ser observados na tabela 9, que mostra o total de pessoas ocupadas no setor confecções em 2012.

Tabela 11 – Quantidade de Pessoas Ocupadas no setor de Confecções em 2012

Municípios	Pessoas ocupadas na produção
Caruaru	24.963
Santa Cruz do Capibaribe	38.973
Toritama	17.750

Fonte: Estudo Econômico do APL de Confecções do Agreste Pernambucano. (SEBRAE/PE – 2012).

Sendo o setor informal de grande empregabilidade e gerando grande movimentação na economia, o mercado informal ainda é visto, do ponto de vista dos produtores e trabalhadores que dele participam, como um fator positivo por apresentar atrativos financeiros, como a redução de custos e aumento dos lucros através da sonegação fiscal. No entanto, um destaque deve ser dado também às externalidades negativas decorrentes do mercado informal.

Um primeiro destaque pode ser dado à redução da arrecadação de tributos por parte do Estado implicando em prejuízo para o mesmo, visto que a arrecadação estaria aumentando a riqueza do Estado, resultando em uma elevação dos investimentos nas áreas sociais, como forma de amparar os mais pobres e ofertar-lhes maiores oportunidades.

Do ponto de vista do trabalhador, um dos malefícios do mercado informal está ligado à perda dos direitos sociais, quando comparados aos oferecidos no mercado formal, relativos a: férias remuneradas, 13º salário, seguro desemprego, entre outros.

O setor de confecções também possui grande participação na pauta de importação e exportação de Caruaru por ser responsável por movimentar boa parte de seus produtos exportados e importados. A maioria dos produtos que aparecem nas pautas de importação e exportação está ligada, de alguma forma, ao setor de confecções. Os dados a respeito podem ser observados nas tabelas 10 e 11.

Tabela 12 – Principais produtos exportados por Caruaru (2014 – 2015)

PRODUTOS	2015 (JAN - MAR)			2014 (JAN - MAR)			Var (%) JAN-MAR 2015/ 2014
	US$ FOB	Part %	Kg	US$ FOB	Part %	Kg	
Medicamentos	8.871	100,00	409	12.743	3,67	711	-30,39
Teares para tecidos	-	--	-	334.192	96,33	28.050	0
Demais produtos	-	0,00	-	-	0,00	-	--
TOTAL GERAL	8.871	100,00	409	346.935	100,00	28.761	-97,44

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A tabela 10 revela os principais produtos exportados do município de Caruaru nos anos 2014 e 2015. Dois produtos aparecem como os principais exportados, os medicamentos e os teares para tecidos, esse último relacionado ao setor de confecções, grande locomotiva do município do ponto de vista econômico. Em 2014, durante os meses de janeiro a março, os teares para tecidos tiveram uma participação de 96,33% nas exportações. Porém, em 2015, durante os meses de janeiro a março, este não apresentou nenhum valor nas exportações, sendo os medicamentos os responsáveis por 100% destas.

A tabela 11, situada no apêndice 1, demonstra os principais produtos importados pelo munícipio de Caruaru nos anos de 2014 e 2015 durante os meses de janeiro a março, a preços correntes e em US$. A maioria dos principais bens importados possui alguma ligação com o setor de confecções. Como destaque, sendo o produto mais importado pela cidade, tanto no ano de 2014 quanto no ano de 2015, aparecem os tecidos de fios de filamentos sintéticos, obtendo uma participação no total dos principais produtos importados por Caruaru de 32,36%, em 2014, e 37,54%, em 2015, representando, assim, um acréscimo de 11,60%. No entanto, o produto que experimentou maior incremento nas importações caruaruenses entre os períodos analisados foi o tecido de fibras artificiais descontínuas, com um aumento de 376,54%.

No âmbito do trabalho formal em Caruaru, o setor do comércio é o responsável por gerar o maior número de empregos formais. As informações podem ser analisadas na tabela 12, que mostra a porcentagem dos empregos formais por setores em Caruaru.

Tabela 13 – Porcentagem de empregos formais em Caruaru por setor de atividade em 2012 e 2013

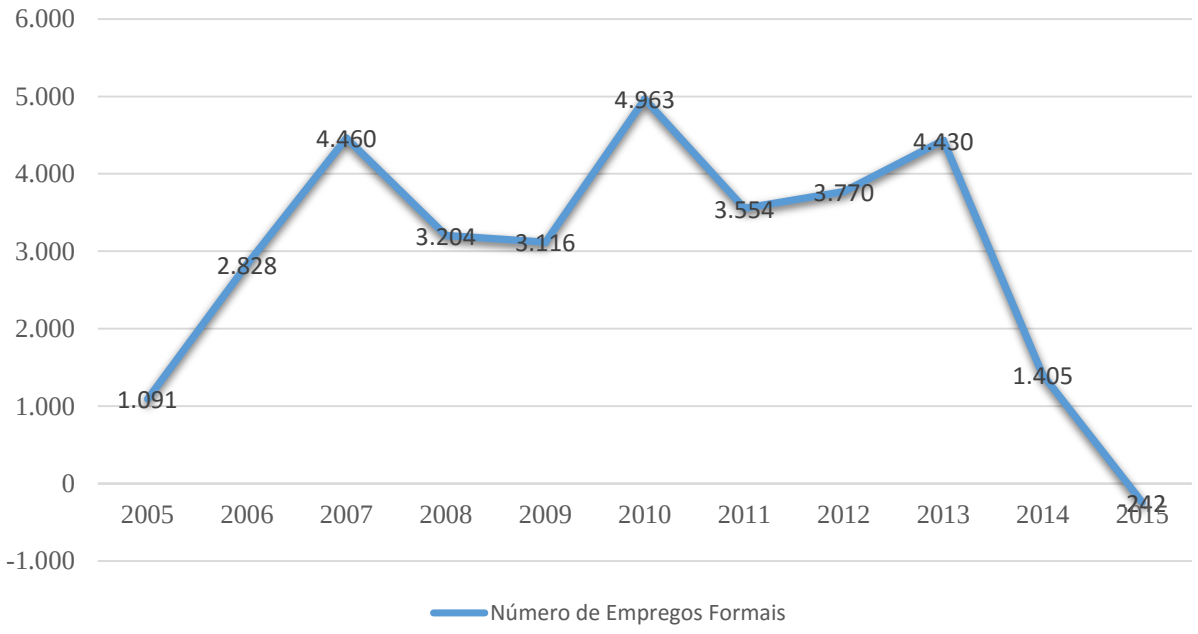
SETOR	ANO (%)	
	2012	2013
Extrativista mineral	0,015	0,012
Indústria de transformação	18,54	17,98
Serviços industriais de utilidade pública	4,91	4,75
Construção Civil	4,53	4,25
Comércio	30,77	30,87
Serviços	28,33	30,14
Administração Pública	12,31	11,5
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0,59	0,49

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria
Nota: Valores aproximados.

Pode-se perceber que, tanto em 2012 quanto em 2013, o setor de comércio é o responsável por gerar o maior número de empregos formais na região, mostrando uma participação de 30,77% em 2012 e 30,87% em 2013. Em relação ao setor de serviços, observa-se uma maior participação deste no mercado de trabalho formal em 2013 quando comparado a 2012, chegando bem perto da posição de liderança do setor comercial em 2013.

O gráfico 5 mostra a evolução do emprego formal em Caruaru de 2005 a 2015. É importante destacar o ano de 2010, onde houve maior evolução do número de empregos formais, sendo gerados 4.963 novos postos de trabalho. Nos anos de 2011 e 2012 o número de empregos gerados apresenta redução, voltando a apresentar evolução em 2013. Porém, de janeiro a março de 2015 há uma queda na geração de empregos, seguindo uma tendência nacional, gerada pela grave crise institucional, política e econômica enfrentada pelo país.

Gráfico 5 – Evolução do Emprego Formal no Município de Caruaru no período 2005 – 2015



Fonte: CAGED - Lei 4.923/65 - MTE. Elaboração própria.
Nota: Dados com ajustes recebidos até FEV de 2015.

A indústria, que apresenta destaque em Caruaru como o segundo setor com maior peso do ponto de vista econômico, vem apresentando crescimento em seu número de empresas e, consequentemente, na geração de empregos no setor. Os dados apresentados na tabela 13 revelam o número de empresas no município de Caruaru por atividades econômicas, de 2006

a 2012, demonstrando que tanto a quantidade de indústrias extrativistas quanto a de indústrias de transformação apresentaram aumentos em seus quantitativos. A indústria extrativista atingiu seu maior número em 2012, com 6 empresas. A indústria de transformação, com números ainda mais elevados, alcançou seu máximo em 2012, com 1.493 empresas.

Tabela 14 – Número de Empresas e Outras Organizações no município de Caruaru, por Classificação de Atividades no Período 2006 – 2012

Classificação Nacional De Atividades Econômicas (CNAE)	ANO						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias extrativistas	2	1	3	2	2	5	6
Indústria de transformação	1.142	1.236	1.269	1.336	1.454	1.471	1.493

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Elaboração própria.

A tabela 14 mostra os dados da evolução do emprego no setor industrial em Caruaru. Pode-se perceber que, mesmo o número de indústrias extrativistas aumentando em 2011, como mostra a tabela 13, o número de empregos no setor extrativista mineral apresenta uma redução de 24 empregos no mesmo período. No setor da indústria de transformação, houve crescimento do número de empregos em todos os anos, tendo, o maior, ocorrido em 2010, com um aumento de 963 empregos.

Tabela 15 – Evolução do Emprego em Caruaru por Setor de Atividade Econômica Industrial no Período 2010 – 2015

SETOR	ANO					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (Jan-Mar)
Extrativista mineral	8	-24	2	-3	-5	0
Indústria de transformação	963	190	469	318	344	39

Fonte: CAGED – LEI 4923/65 – MTE. Elaboração própria.
Nota: Dados com ajustes.

A tabela 15 expressa o total de admissões e desligamentos em Caruaru de 2012 a 2015 por setor de atividade, com destaque para o setor da indústria de transformação, onde o total

de admissões supera o total de desligamentos em quase todos os anos, pois em 2014 ocorreu o inverso.

Tabela 16 – Admissões e Desligamentos em Caruaru por Setor de Atividade Econômica (2012 – 2015)

SETOR	2012		2013		2014		2015 (Jan-Abr)	
	Total Admis.	Total Deslig.	Total Admis.	Total Deslig.	Total Admis.	Total Deslig.	Total Admis.	Total Deslig.
Extrativista mineral	0	0	0	5	0	2	3	1
Indústria de transformação	1.634	1.604	4.981	4.833	5.101	5.271	5.263	5.089

Fonte: MET-Cadastro geral de empregados e desempregados - LEI 4923/65. Elaboração própria.

Com a presença de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, o agronegócio[12] é um exemplo de quanto uma região pode crescer e se desenvolver economicamente. A produção agropecuária vem apresentando alterações ao longo dos anos. Para contribuir com o aumento da produtividade, algumas instituições atuam apoiando e fortalecendo a área agropecuária. Atualmente, o estado de Pernambuco conta com o apoio do Instituto Agronômico de Pesquisa (IPA), que tem como objetivo promover e dar assistência à extensão rural, ao desenvolvimento rural sustentável e à produção de bens e serviços agropecuários[13]. O IPA integra o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), que é coordenado pela EMBRAPA[14].

O IPA atua prioritariamente para os agricultores rurais com base familiar e presta serviços voltados para o aumento da produção e da eficiência das atividades agropecuárias de modo a preservar a sustentabilidade, levando sempre em consideração o ambiente e seus recursos renováveis. Buscando melhorar a qualidade de vida da sociedade, o IPA também procura melhor adequar a qualidade dos produtos que são oferecidos aos consumidores. Para

[12] Relação econômica comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola e/ou pecuária.
[13] Informações disponíveis em: http://www.ipa.br.
[14] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

a realização desses serviços, o instituto se utiliza de tecnologias que, quando oriundas de outras regiões, são adaptadas para as condições de Pernambuco. Dessa forma, torna-se possível promover processos agroindustriais sofisticados que são de grande relevância para aumentos qualificativos nas pesquisas e nos resultados dentro da sociedade rural. Outro serviço que o IPA também fornece é infraestrutura hídrica, por meio da qual viabiliza a manutenção e recuperação do sistema hídrico no meio rural.

Para que seja analisado o comportamento das mudanças agropecuárias no município de Caruaru, com maior ênfase para os anos de 2003 a 2013, foram analisados os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) relacionados à área plantada e à quantidade produzida. As variáveis serão abordadas no âmbito das culturas temporárias e das culturas permanentes.

As culturas temporárias estão sujeitas ao replantio após a colheita e, entre o plantio e a colheita, há um tempo de vida curto. Diferentemente, nas culturas permanentes não há possibilidade de replantio após a colheita, pois estas permitem que seja realizada a colheita mais de uma vez. Além disso, as culturas permanentes possuem uma vida útil mais longa. O fator relevante para as escolhas dos tipos de lavouras para cada variável analisada foi o grau de importância de cada uma para Caruaru.

A tabela 16, localizada no Apêndice 2, mostra dados sobre a área plantada das principais lavouras temporárias do município de Caruaru. Além da análise municipal, os dados também são apresentados para a microrregião geográfica do Vale do Ipojuca. A análise é realizada para o período de 2003 a 2013.

O principal produto plantado em Caruaru em 2003 foi o milho, seguido pelo feijão e pela mandioca. De 2003 a 2013, a lavoura temporária que mais cresceu foi a do feijão. A plantação de milho também apresentou destaque no período analisado, com um aumento do dobro de sua área. A área plantada da mandioca, por sua vez, obteve uma redução em 60%. Entender o movimento dessas três culturas se torna importante pelo fato de fazerem parte da cesta de subsistência da população do município e do entorno.

Dentre as várias oscilações que ocorreram ao longo dos anos nessas regiões, pode-se perceber que a maior ocorre no período de 2013, quando as áreas sofrem sua maior redução. Na microrregião do Vale do Ipojuca, de 2003 até 2012, a plantação de milho apresentou um aumento em sua área. Contudo, em 2013, houve uma grande redução dessa área, em aproximadamente 44%. O mesmo ocorreu com o feijão, mas sua redução da área plantada foi menor. Já a mandioca apresentou um crescimento de aproximadamente 119%.

A tabela 17, exibida no Apêndice 2, apresenta a quantidade produzida em toneladas para três tipos de lavouras: mandioca, feijão e milho. No munícipio de Caruaru, a quantidade produzida de mandioca aparece na frente com relação às demais lavouras em 2003. Em seguida, vem a produção de milho e de feijão, respectivamente. As produções de milho e de feijão atingem seu ápice em 2008. A partir desse ponto, a produção começa a cair. Por fim, a mandioca, que apresenta a maior produção entre os tipos de lavouras, atingiu sua maior quantidade produzida em 2004. No Vale do Ipojuca, a quantidade produzida da mandioca apresenta maior expressividade em todos os anos analisados.

As mesmas variáveis que foram analisadas para as lavouras temporárias foram utilizadas para as lavouras permanentes. A primeira análise será realizada na tabela 18, encontrada no apêndice 2, que mostra dados das culturas permanentes que apresentam maior expressão por área destinada à colheita em Caruaru.

Em 2003, a lavoura que mais se destacou em Caruaru foi a banana, com uma área de 250 hectares, seguida pela castanha de caju, com 170 hectares e, por fim, a manga, com 20 hectares. Analisando o período de 2003 a 2013 em Caruaru, pode-se perceber que todos os três tipos de lavouras permanentes reduziram seu valor. Porém, a lavoura que apresentou uma maior redução de sua área em termos percentuais foi a da castanha de caju, com uma redução de aproximadamente 91%.

De forma similar, coletando-se os dados do Vale do Ipojuca, pode-se notar que a castanha de caju também foi a lavoura que apresentou a maior redução em termos percentuais no período de 2003-2013, com uma redução de aproximadamente 78%.

A tabela 19, que segue no apêndice 2, mostra que a quantidade produzida das lavouras permanentes ao longo dos anos 2003-2013 oscilou, com predominância do movimento de queda. Em alguns casos, mesmo quando se tem um aumento na área plantada, a quantidade produzida pode apresentar uma redução. Esse efeito pode decorrer de vários fatores, entre os quais, pode estar associado à ocorrência de doenças nas lavouras, a condições climáticas desfavoráveis e à redução do progresso tecnológico na agricultura. O contrário também pode ocorrer, quando a área plantada de um tipo de lavoura reduz e a sua quantidade produzida aumenta. A explicação pode estar ligada a alguns fatores, como um aumento na produtividade associado a melhorias tecnológicas.

Um exemplo desse caso pode ser observado na tabela 19. Embora os tipos de lavouras que tiveram maior representatividade em Caruaru com relação à área plantada não tenham sido os mesmos que apresentaram destaque nas quantidades produzidas, a manga é o tipo de cultura comum nas três análises. Ela apresentou um aumento na quantidade produzida de

2003 para 2013 em Caruaru e no Vale do Ipojuca, mesmo quando suas áreas plantadas nas mesmas regiões apresentaram reduções[15].

Com os dados da PPM[16], a tabela 20, exposta no apêndice 2, expressa o número efetivo dos rebanhos, analisado por tipo de rebanho, entre o período de 2003 a 2013, permitindo analisar algumas variações que ocorreram na pecuária.

No comparativo entre os anos de 2003 a 2013, em Caruaru, observou-se um aumento na quantidade do efetivo de rebanhos, exceto na quantidade efetiva dos suínos. No Vale do Ipojuca, o efetivo de suínos também apresentou redução entre 2003 e 2013, enquanto os demais tipos de rebanhos apresentaram aumento em suas quantidades.

5.4. DIMENSÃO SOCIAL

Uma das formas mais utilizadas para mensurar o desenvolvimento de uma região é a análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A criação do IDH deslocou a discussão a respeito do conceito de desenvolvimento econômico para uma área além da econômica, abrangendo também aspectos políticos e sociais. O IDH, diferentemente do PIB, não avalia a obtenção da riqueza como finalidade para o desenvolvimento, mas como um meio que propicia a expansão das capacidades humanas.

O índice é utilizado para comparar o desenvolvimento além da ótica da renda, incorporando mais duas metodologias: a longevidade e a educação[17]. Utilizado como uma medida geral de desenvolvimento humano dos países, esse indicador passou também a ser utilizado dentro dos países, sendo calculado para os municípios através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A tabela 21 apresenta os valores do IDHM em Caruaru para 1991, 2000 e 2010. O IDHM passou de 0,558 em 2000 para 0,677 em 2010, o que deixou o município com uma faixa de Desenvolvimento Humano médio, pois seu IDHM está entre 0,600 e 0,699. Analisando alguns subíndices, pode-se notar que a longevidade é a dimensão que mais contribui para o IDHM de Caruaru, com um índice de 0,799 em 2010, sendo seguido pela renda com 0,681 e, posteriormente, pela educação com um índice de 0,569.

[15] Observar essas reduções na tabela 18.
[16] Pesquisa Pecuária Municipal.
[17] PNUD, 2015.

Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caruaru (1991, 2000 e 2010)

INDICADOR	CARUARU		
	1991	2000	2010
IDHM	0,481	0,558	0,677
IDHM-RENDA	0,589	0,635	0,681
IDHM-LONGEVIDADE	0,672	0,706	0,799
IDHM-EDUCAÇÃO	0,281	0,387	0,569

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Na tabela 22, pode-se avaliar cada um dos três componentes do IDHM de Caruaru de forma mais detalhada.

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Seus Componentes – Caruaru

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,281	0,387	0,569
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,51	32,57	46,81
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	45,97	71,36	88,21
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	38,44	48,94	79,94
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	19,45	28,48	46,57
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	11,90	19,47	36,29
IDHM Longevidade	0,672	0,706	0,799
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,34	67,36	72,96
IDHM Renda	0,589	0,635	0,681

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Dentro do subíndice educação, pode-se destacar a porcentagem de pessoas de 5 a 6 anos frequentando a escola, pois esse é o fator que apresenta maior peso dentro do IDHM educação. Pode-se notar também que a porcentagem de todas as categorias apresentadas

dentro do subíndice educação apresentou aumento de 1991 para 2010, o que significa uma melhoria educacional no município. Dentro do fator longevidade, é analisada a esperança de vida ao nascer, expressa em anos.

Além do IDHM possibilitar a análise do desenvolvimento humano de um município, ele também é utilizado para comparar o índice de desenvolvimento humano de um município com os demais. A posição de Caruaru no ranking do IDHM pode ser analisada na tabela 23, que apresenta o ranking dos 12 municípios de Pernambuco que possuem o maior IDHM em 2010.

Tabela 19 – Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios de Pernambuco no ano 2010

		2010			
RANKING	Pernambuco/Municípios	IHDM	IDHM-L	IDHM-E	IDHM-R
1 º	Fernando de Noronha	0,788	0,839	0,748	0,781
2 º	Recife	0,772	0,825	0,698	0,798
3 º	Olinda	0,735	0,836	0,675	0,704
4 º	Paulista	0,732	0,83	0,703	0,673
5 º	Jaboatão dos Guararapes	0,717	0,83	0,642	0,692
6 º	Petrolina	0,697	0,799	0,611	0,695
7 º	Camaragibe	0,692	0,805	0,628	0,656
8 º	Cabo de Santo Agostinho	0,686	0,812	0,609	0,654
9 º	Carpina	0,68	0,806	0,619	0,63
10 º	Abreu e Lima	0,679	0,791	0,632	0,625
11 º	Caruaru	0,677	0,799	0,569	0,681
12 º	Triunfo	0,67	0,817	0,591	0,624

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

O município de Caruaru aparece em 11º lugar, apresentando um IDHM de 0,677 em 2010. Em termos municipais, o 1º lugar é Fernando de Noronha, com um IDHM de 0,788, seguido por Recife, que ocupa o 2ª lugar com um IDHM de 0,772. Em último lugar, aparece o município de Triunfo, que apresenta um IDHM de 0,67.

O índice utilizado para medir a concentração de renda é o Índice de Gini. Ele mostra uma medida de desigualdade de renda, variando entre 0 e 1, sendo a total igualdade de renda

representada pelo 0 e, pelo contrário, o 1 representa uma situação de total desigualdade de renda[18]. A tabela 24 mostra dados sobre a renda, a porcentagem da população pobre e o Índice de Gini.

Tabela 20 – Renda, Pobreza e Desigualdade de renda em Caruaru, para 1991, 2000 e 2010

INDICADORES	1991	2000	2010
Renda per capita (em R$)	312,46	416,02	553,99
% de extremamente pobres	14,57	9,96	5,66
% de pobres	39,83	28,89	16,31
Índice de Gini	0,55	0,57	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Visualiza-se na tabela 24 que tanto a porcentagem dos extremamente pobres quanto a porcentagem de pobres apresentou redução entre os anos 1991, 2000 e 2010. A proporção dos indivíduos extremamente pobres faz referência àqueles que possuem uma renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$70,00 mensais. A noção de pobre se refere aos indivíduos que têm uma renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$140,00 mensais.

O movimento da renda per capita durante o período selecionado foi apenas de variações positivas. O Índice de Gini apresentou uma elevação, saindo 0,55 em 1991 para 0,57 em 2000, o que significa um aumento na concentração de renda mesmo havendo diminuição da pobreza durante o mesmo período. No entanto, em 2010 o Índice de Gini apresentou redução passando para 0,53, indicando uma redução da concentração de renda. Mesmo com essa redução, seu valor ainda é maior que o apresentado em 1991.

Ainda no âmbito da análise social em Caruaru, a tabela 25 faz referência à taxa de mortalidade infantil durante os anos 1991, 2000 e 2010, a qual é definida pelo número de crianças que deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1.000 crianças nascidas vivas.

No caso da mortalidade de até 5 anos de idade, essa faz referência à probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade de 5 anos, por mil habitantes. Pode-se observar que

[18] Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

houve redução da taxa de mortalidade infantil em Caruaru durante os períodos analisados. A redução de 1991 para 2000 ocorreu em menor grau, enquanto a redução de 2000 para 2010 se deu de forma mais acentuada.

Tabela 21 – Taxa de Mortalidade Infantil em Caruaru, para os anos 1991, 2000 e 2010

	1991		2000		2010	
Município	Mortalidade infantil (%)	Mortalidade até 5 anos de idade (%)	Mortalidade infantil (%)	Mortalidade até 5 anos de idade (%)	Mortalidade infantil (%)	Mortalidade até 5 anos de idade (%)
Caruaru	48,30	63,99	47,70	52,86	18,90	20,27

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

Outro recurso analisado no âmbito da saúde é o número de estabelecimentos, que pode ser visto na tabela 26, na qual se faz referência ao total de estabelecimentos de saúde de Caruaru, abrangendo os hospitais, os postos de saúde, clínicas e outros, durante os anos 2010-2011. Percebe-se que o número de estabelecimentos aumentou durante o período analisado com uma elevação de aproximadamente 42%.

Tabela 22 – Número de estabelecimentos de saúde em Caruaru nos anos 2010 – 2014

MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013	2014
Caruaru	318	340	369	393	450

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

Por fim, na tabela 27 são apresentados alguns serviços de saúde em Caruaru e o total de estabelecimentos prestadores de tais serviços. O quantitativo de estabelecimentos e de leitos apresentou aumento de 2005 para 2009, exceto os estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia total, que permaneceram com a mesma quantidade, e os estabelecimentos de saúde especializado com internação total, que apresentaram redução.

Tabela 23 – Serviços de Saúde em Caruaru em 2005 e 2009

Serviços de saúde	Total	
	2005	2009
Estabelecimentos de Saúde total	137	176
Estabelecimentos de Saúde público total	73	86
Estabelecimentos de Saúde privado total	64	90
Estabelecimentos de Saúde com internação total	9	11
Estabelecimentos de Saúde sem internação total	86	123
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia total	42	42
Estabelecimentos de Saúde total privado/SUS	14	22
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação total	5	1
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação total	56	65
Estabelecimentos de Saúde SUS	87	108
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	604	627
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	92	127
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência total	11	13
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	72	88
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Internação	5	7
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Emergência	5	7
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS UTI/CTI	2	5
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Diálise	1	3

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Também como condição social, as condições de saneamento são analisadas para o município de Caruaru. A tabela 28 expressa a proporção de domicílios particulares por tipo de saneamento, sendo classificado em adequado, semiadequado ou inadequado. As mudanças qualificativas nos tipos de saneamento podem ser observadas de 2000 para 2010. A proporção do saneamento inadequado caiu de 10,80% em 2000 para 2,41% em 2010. Com relação à proporção de saneamento adequado em Caruaru, esse apresentou aumento e saiu de 66,80% para 77,15%.

Tabela 24 – Proporção de Domicílios Particulares Permanentes por Tipo de Saneamento nos anos 2000 e 2010

	2000			2010		
Município	Adequado (%)	Semiadequado (%)	Inadequado	Adequado (%)	Semiadequado (%)	Inadequado
Caruaru	66,80	22,40	10,80	77,15	20,44	2,41

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

A tabela 29 indica o destino do lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes nos anos 2000 e 2010, o qual é classificado como: coletado, que se refere ao lixo coletado por empresa pública ou privada ou ao lixo que é primeiramente coletado em caçamba de serviço de limpeza para, posteriormente, ser coletado por uma empresa; não coletado, quando o lixo é enterrado, queimado ou jogado em terreno baldio, em rio, em mar ou lago; e outro destino, quando o lixo apresenta destino diferente dos citados anteriormente.

Tabela 25 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Destino do Lixo nos anos 2000 e 2010

Destino do lixo	2000	2010
Caruaru		
Coletado por serviço de limpeza	50.912	90.013
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	2.758	1.980
Queimado (na propriedade)	6.195	3.272
Enterrado (na propriedade)	181	35
Jogado em terreno baldio ou logradouro	7.423	809
Jogado em rio, lago ou mar	439	42
Outro destino	317	153
Total	68.225	96.304

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

A tabela 29 indica que houve uma melhoria qualitativa na coleta do lixo dos domicílios de 2000 para 2010, visto que a quantidade de lixo coletado pelo serviço de limpeza aumentou, enquanto os demais tipos sofreram retração. Essa dinâmica implica em reflexos ambientais positivos com ênfase na redução da poluição, causada pela diminuição do lixo jogado nos rios, lagos ou mar e pela diminuição da fumaça provocada pelas queimas de lixo.

A tabela 30 faz referência aos tipos de abastecimento de água em Caruaru nos anos 2000 e 2010. O acesso à água de boa qualidade contribui positivamente na saúde da população.

O abastecimento através da rede geral é caracterizado pela adequação da qualidade da água que é fornecida para a população, podendo-se notar que de 2000 para 2010 houve um aumento na quantidade de domicílios abastecidos por rede geral, tanto nos domicílios urbanos quanto nos domicílios rurais.

O oposto ocorreu com a quantidade de domicílios abastecidos por poço ou nascente dentro da propriedade, que apresentou redução durante o período. Essa redução é vista como um fator positivo na saúde da população, pois a água proveniente de poço ou nascente que é utilizada pela população pode ser contaminada durante o processo de captação até o abastecimento da água.

Tabela 26 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Forma de Abastecimento de Água, segundo a situação do domicílio nos anos 2000 e 2010

Município / Situação do domicílio	2000			2010		
	Rede Geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Outras formas	Rede Geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Outras formas
Caruaru	57.140	1.607	9.478	85.522	399	10.383
Urbana	54.114	130	4.592	81.849	102	3.859
Rural	3.026	1.477	4.886	3.673	297	6524

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

Os tipos de habitações em Caruaru são analisados na tabela 31, que classifica os domicílios em cinco tipos. As casas são o tipo de habitação predominante, com um total de 86.795 domicílios, seguidas pelos apartamentos, com 8.728 domicílios.

Tabela 27 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Tipo de Habitação em 2010

Tipo de Habitação	Domicílios
Casa	86.795

Casa de vila ou em condomínio	397
Apartamento	8.728
Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	384
Oca ou maloca	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Com relação à distribuição de energia elétrica, a tabela 32 apresenta a quantidade de domicílios em Caruaru por tipo de distribuição de energia elétrica em 2010. O total de domicílios com energia elétrica é de 95.964, outros 577 domicílios obtinham distribuição de energia elétrica de outra fonte e 340 domicílios não tinham energia elétrica.

Tabela 28 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Tipo de Distribuição de Energia Elétrica em 2010

Energia elétrica	Domicílios
Tinham energia Elétrica	95.964
De companhia distribuidora	95.387
De companhia distribuidora com medidor	93.159
De companhia distribuidora com medidor de uso exclusivo	88.627
De companhia distribuidora com medidor comum a mais de um domicílio	4.532
De companhia distribuidora sem medidor	2.228
De outra fonte	577
Não tinham energia elétrica	340

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outra análise a respeito dos domicílios em Caruaru é realizada na tabela 33, que faz relação à quantidade de moradores por domicílio. A predominância é de 3 moradores por domicílio, onde um total de 25.701 domicílios apresentam essa quantidade de moradores. Em seguida, e não muito diferente em termos quantitativos, aparecem os domicílios que possuem 2 moradores, com um total de 22.168 domicílios.

Tabela 29 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Quantidade de Moradores em 2010

Moradores	Domicílios
1 morador	10.767
2 moradores	22.168
3 moradores	25.400
4 moradores	20.701
5 moradores	10.042
6 moradores	4.020
7 moradores	1.736
8 moradores	734
9 moradores	379
10 moradores	185
11 moradores ou mais	172

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Percebe-se, nos domicílios permanentes em Caruaru, que, em 2010, predomina a quantidade de domicílios com rendimento mensal de mais de 2 a 5 salários mínimos. Os domicílios que recebem mais de 1 a 2 salários mínimos aparecem em segundo lugar em termos quantitativos de domicílios. Há ainda a presença dos que não possuem rendimentos, com um total de 941 domicílios. Esses dados podem ser vistos na tabela 34.

Tabela 30 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar em 2010

(continua)

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Domicílios
Até ½ salário mínimo	4.390
Mais de ½ a 1 salário mínimo	20.562
Mais de 1 a 2 salários mínimos	26.323
Mais de 2 a 5 salários mínimos	28.335
Mais de 5 a 10 salários mínimos	8.280

Tabela 31 – Domicílios Particulares Permanentes em Caruaru por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar em 2010

(conclusão)

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Domicílios
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.777
Mais de 20 salários mínimos	941
Sem rendimento	4.696
Sem declaração	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A educação é outro aspecto social relevante quando se trata do desenvolvimento de Caruaru, pois nem todos possuem acesso a um ensino de qualidade. Apesar de ter sido analisada juntamente com o IDHM de Caruaru, alguns dados mais específicos irão favorecer a análise educacional.

A tabela 35 apresenta o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) para os anos 2009, 2011 e 2013. O Ideb traz uma combinação de dois conceitos qualificativos da educação, que são o indicador de rendimento escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Dessa forma, torna-se possível tomar algumas medidas que podem ser utilizadas como metas para um melhor desempenho educacional.

Os valores do Ideb chegaram em 2013 com um aumento na esfera estadual e redução na esfera municipal 1ª a 4ª série. Analisando o ensino da 5ª a 8ª série, percebe-se que os valores do Ideb na esfera estadual apresentaram aumento, já para a esfera municipal não foi apresentado nenhum valor.

Tabela 32 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb em Caruaru para os anos 2009, 2011 e 2013

(continua)

		1ª a 4ª série			5ª a 8ª série		
ANO	ESFERA	Indicador de rendimento	Nota média padronizada	Ideb	Indicador de rendimento	Nota média padronizada	Ideb
2009	Estadual	0,86	4,47	3,90	0,68	4,47	3,00
	Federal	-	-	-	-	-	-
	Municipal	0,81	4,92	4,00	0,73	4,66	3,40

Tabela 33 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb em Caruaru para os anos 2009, 2011 e 2013

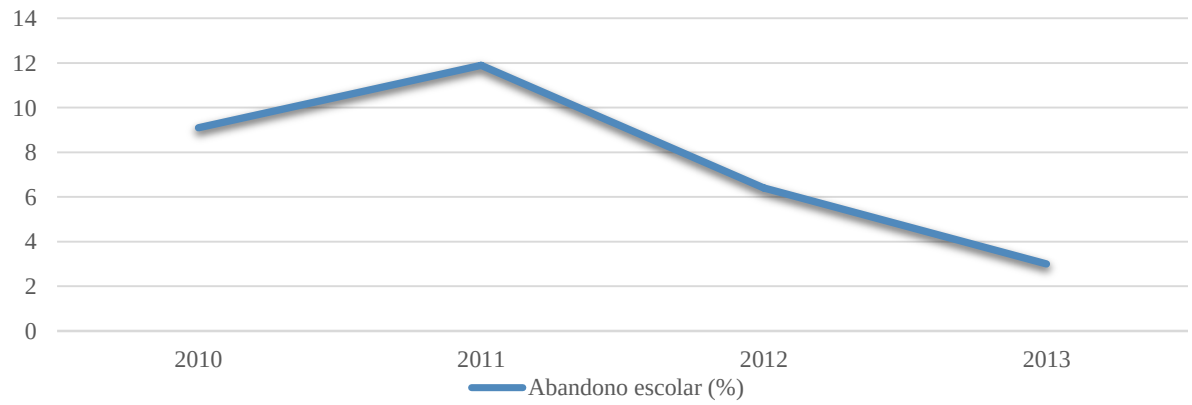
(conclusão)

		1ª a 4ª série			5ª a 8ª série		
ANO	ESFERA	Indicador de rendimento	Nota média padronizada	Ideb	Indicador de rendimento	Nota média padronizada	Ideb
2011	Estadual	0,84	4,76	4,00	0,73	4,43	3,20
	Federal	-	-	-	-	-	-
	Municipal	0,87	5,09	4,40	0,70	4,29	3,00
2013	Estadual	0,88	5,09	4,50	0,79	4,65	3,70
	Federal	-	-	-	-	-	-
	Municipal	0,81	5,20	4,20	0,69	-	-

Fonte: Governo do Estado de Pernambuco – Base de Dados do Estado.

O gráfico 6 apresenta dados a respeito da taxa de abandono escolar no ensino médio em Caruaru. A análise é realizada de 2010 a 2013 e, apesar de ocorrer uma elevação em 2011, a taxa de abandono escolar chega a 2013 com uma redução em mais da metade de seu valor quando comparado a 2010.

Gráfico 6 – Taxa de Abandono Escolar no Ensino Médio em Caruaru durante os anos 2010 - 2013



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM – BDE.

A tabela 36 mostra o número de matrículas, de docentes e de escolas em Caruaru nos anos 2005, 2009 e 2012. Todos os dados são mostrados para o ensino fundamental, ensino médio e ensino pré-escolar. De 2005 para 2012 os números variaram, mas o movimento que predominou no período analisado foi o de redução das quantidades.

Tabela 34 – Matrículas, Docentes e Rede Escolar em Caruaru nos anos 2005, 2009 e 2012

Ano	Ensino	Matrículas	Docentes	Escolas
2005	Ensino Fundamental	53.844	2.211	252
	Ensino Médio	12.910	580	30
	Ensino Pré-escolar	7.207	378	154
2009	Ensino Fundamental	52.390	2.167	226
	Ensino Médio	14.004	671	36
	Ensino Pré-escolar	6.171	354	137
2012	Ensino Fundamental	51.099	2.149	209
	Ensino Médio	13.584	678	35
	Ensino Pré-escolar	7.301	331	139

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Outra modalidade de educação básica é a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que é destinada a jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio. Na tabela 37 observa-se o número de matrículas na EJA em Caruaru no período 2010-2011. As matrículas no ensino fundamental apresentaram redução durante o período, saindo de 5.718 matrículas para 4.734. Por sua vez, as matrículas no ensino médio aumentaram em aproximadamente 43%.

Tabela 35 – Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos em Caruaru nos anos 2010 – 2011

Escolas	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	5.718	5.302	5.626	4.734
Particular	271	403	289	184
Estadual	1.432	1.332	1.125	1.048
Federal	-	-	-	-
Municipal	4.015	3.567	4.212	3.502
Ensino Médio	853	864	1.448	1.224
Particular	457	214	387	388
Estadual	396	650	1.061	836
Federal	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-
Total de escolas	6571	6166	7074	5958

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

6. CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho propôs avaliar o crescimento e desenvolvimento econômico do município de Caruaru nos últimos anos, através da avaliação de dados quantitativos e qualitativos, bem como buscou seu respaldo em análises teóricas a partir de revisão da literatura a respeito do tema proposto. Através do levantamento de dados foi possível comparar indicadores de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Depreende-se dos resultados obtidos que o crescimento do produto, analisado durante os anos 2009-2012, acompanhou o crescimento da população. Visualiza-se uma trajetória semelhante para o PIB per capita durante os anos (2002-2012). Em relação a participação do PIB do município de Caruaru no PIB de Pernambuco, verifica-se que Caruaru saiu da 7ª posição, em 2010, e passou a ocupar a 5ª posição.

No tocante ao mercado de trabalho perceberam-se oscilações durante o período observado, com fortes reduções na quantidade de empregos, sendo a maior delas registrada nos anos 2013-2015.

O setor de serviços apresenta a maior participação na atividade econômica. Apesar de obter a maior participação, o valor adicionado bruto do setor de serviços apresentou reduções. Em seguida aparece a indústria, com uma participação menor que o setor de serviços, porém, mostrando aumento em sua participação. Por fim, a agricultura, que além de ser o setor com menor participação, ainda mostrou reduções na análise temporal no VAB do município de Caruaru.

No âmbito econômico, mesmo apresentando contrações em alguns setores e no número de empregos formais, os valores do PIB e do PIB per capita são os indicadores mais utilizados para mensurar o crescimento de uma região. A análise mostra que houve crescimento econômico no município de Caruaru, dado o contexto de estabilidade econômica no período analisado nesta monografia. Nesse sentido, chega-se a uma situação que possibilita visualizar uma trajetória ascendente do PIB “real”.

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano, houve uma evolução municipal durante os anos 1991, 2000 e 2010, deixando o município de Caruaru com um IDHM considerado médio por estar situado entre 0,600 e 0,699. Em uma comparação com outros municípios pernambucanos, o município de Caruaru ficou em 11º lugar em 2010.

Analisando-se o Índice de Gini, houve aumento durante os anos 1991-2000, indicando uma maior concentração de renda mesmo quando, nesse mesmo período, houve redução da

pobreza e aumento da renda per capita. Em 2010, o Índice de Gini se reduz, inclusive apresentando um valor inferior ao apresentado em 1991.

Sendo o PIB um indicador mais restrito, voltado apenas para o crescimento econômico, e o IDH mais amplo e voltado para a população, percebe-se também uma limitação ao se analisar o crescimento e o desenvolvimento econômico apenas através desses indicadores, pois, apesar do IDH ser o indicador atualmente utilizado para mensurar o desenvolvimento de uma região, ele é restrito na medida em que utiliza apenas três fatores como base para seu cálculo.

No entanto, em uma análise mais ampla, abrangendo aspectos sociais da população caruaruense, também foram observados alguns fatores sociais além do IDHM e do Índice de Gini, que são os índices mais comumente utilizados para análises do desenvolvimento humano, e fica evidente que houve melhorias no bem-estar social da população, apontando para a ocorrência de desenvolvimento econômico no município de Caruaru.

Dessa forma, ao término deste trabalho, pode-se afirmar, através dos dados analisados, que a resposta ao problema central da pesquisa foi obtida e que o município de Caruaru apresentou, além de crescimento econômico, desenvolvimento econômico no final do século XX e início do XXI. No entanto, ainda existem problemas a serem superados no município, com destaque para o setor de atividades informais promovidas, em grande parte, pelo polo de confecções, que retrata uma realidade de exploração da força de trabalho e reduzido bem-estar social, se comparado com o setor de atividades formais.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, T.; SOUZA, B. As melhores e as piores grandes cidades do Brasil. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-melhores-entre-as-100-maiores-cidades-do-brasil/lista>. Acesso em: 06 de março de 2015.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **O desenvolvimento social do Brasil:** balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo**. Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 26. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

CARUARU. Prefeitura Municipal. **Notícias:** Caruaru fecha 2014 com números impressionantes. Disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/26/12/2014/caruaru-fecha-2014-com-numeros-impressionantes.html>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

_____. _____. **Gabinete Digital**. Disponível em: <http://www.gabinetedigitalcaruaru.com.br/noticia/retrospectiva-2014-prefeitura-de-caruaru-faz-balanco-de-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

_____. _____. **Notícias**: Prefeitura avaliou São João João 2014 como positivo. Disponível em: < http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/01/07/2014/prefeitura-avaliou-sao-joao-2014-como-positivo.html>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

_____. _____. **Sobre Caruaru**. Disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br/sobre-caruaru>. Acesso em: 27 de abril de 2015.

CONDEPE/FIDEM. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco**. Disponível em <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e desenvolvimento económico:** modelos e agentes do processo. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

E-MEC. Instituições de educação superior e cursos cadastrados. **Consulta interativa**. Disponível em: < http://emec.mec.gov.br/> acesso em: 29 de abril de 2015.

FAVIP. **Perfil Socioeconômico de Caruaru:** atualização para o período 2009-2011. Caruaru: 2011.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico:** de Lão Zi a Robert Lucas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

IPA. **Instituto Agronômico de Pernambuco.** Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/apresentacao>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>.

ONU. **Art. 55 da Carta da ONU.**

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento:** uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea (Texto para discussão, n. 1.794), 2012.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/caruaru_pe>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Desenvolvimento humano e IDH – o que é o IDH. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

RICARDO, David. Coleção Os Economistas. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SEBRAE. **Estudo Econômico do APL de Confecções do Agreste Pernambucano 2012.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/apresenta%C3%A7%C3%A3o-Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confecoes%20-%20Apresentacao%20Imprensa_v4.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. *Lua Nova*, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

APÊNDICE 1

Tabela 36 – Principais produtos importados por Caruaru (2014 – 2015)

(continua)

PRODUTOS	2015 (JAN - MAR)			2014 (JAN - MAR)			Var (%) Jan-Mar 2015/ 2014
	US$ FOB	Part %	Kg	US$ FOB	Part %	Kg	
Tecidos de fios de filamentos sintéticos	6.529.177	37,54	1.905.007	5.850.349	32,36	1.742.856	11,60
Peixes secos, salgados ou em salmoura	2.588.279	14,88	491.200	1.665.210	9,21	326.000	55,43
Outros tecidos de malha	2.054.132	11,81	480.720	2.036.959	11,27	459.263	0,84
Tecidos de fibras artificiais descontínuas	1.218.929	7,01	286.382	255.785	1,41	52.902	376,54
Tecidos de malha	1.098.281	6,31	298.742	414.498	2,29	80.917	164,97
Polímeros de propileno ou de outras olefinas	704.259	4,05	492.250	350.049	1,94	220.000	101,19
Máquinas de costura	704.096	4,05	167.807	282.428	1,56	66.666	149,30
Sementes de anis, badiana, etc	397.668	2,29	234.447	447.654	2,48	237.000	-11,17
Tecidos de fibras sintéticas descontínuas	359.168	2,06	81.106	103.484	0,57	23.982	247,08
Cadeados e outros de metais comuns	341.569	1,96	66.131	284.003	1,57	45.468	20,27

Tabela 37 – Principais produtos importados por Caruaru (2014 – 2015)

(continuação)

PRODUTOS	2015 (JAN - MAR)			2014 (JAN - MAR)			Var (%) Jan-Mar 2015/ 2014
	US$ FOB	Part %	Kg	US$ FOB	Part %	Kg	
Cebolas, chalotas, alho e outros produtos hortícolas	191.625	1,10	255.000	334.221	1,85	367.500	-42,67
Outras chapas, folhas, películas, etc	181.361	1,04	106.683	154.805	0,86	91.063	17,15
Papel e cartão	150.294	0,86	149.322	-	--	-	--
Trigo mourisco, painço e alpista; outros cereais	128.190	0,74	188.696	219.909	1,22	308.309	-41,71
Tecidos de fios de filamentos artificiais	96.000	0,55	24.000	-	--	-	--
Outras gorduras e óleos vegetais	93.060	0,53	2.280	88.545	0,49	2.280	5,10
Sucos e extractos vegetais; matérias pécticas e outros produtos mucilaginosos	77.769	0,45	550	-	--	-	--
Guarnições e artigos semelhantes, de metais comuns	76.763	0,44	21.032	163.205	0,90	43.852	-52,97
Máquinas-ferramentas para trabalhar quaisquer matérias por desbaste	68.190	0,39	15.950	15.000	0,08	3.880	354,60

Tabela 38 – Principais produtos importados por Caruaru (2014 – 2015)

(continuação)

PRODUTOS	2015 (JAN - MAR)			2014 (JAN - MAR)			Var (%) Jan-Mar 2015/ 2014
	US$ FOB	Part %	Kg	US$ FOB	Part %	Kg	
Outras chapas	57.545	0,33	35.966	153.077	0,85	95.674	-62,41
Bordados	48.750	0,28	3.250	-	--	-	--
Fios, cabos	42.542	0,24	18.551	-	--	-	--
Plantas, partes de plantas, sementes e frutos	30.309	0,17	13.500	124.316	0,69	36.000	-75,62
Partes reconhecíveis como exclusiva	20.257	0,12	15.700	-	--	-	--
Máquinas e aparelhos	19.561	0,11	2.514	287.446	1,59	1.869	-93,19
Tubos e seus	19.415	0,11	27.063	-	--	-	--
Manequim, automato e cenas animadas p/vitrine/mostruário	17.826	0,10	4.338	18.482	0,10	4.173	-3,55
Sementes de girassol, mesmo trituradas	16.577	0,10	20.400	15.866	0,09	20.400	4,48
Colas e outros adesivos preparados	14.938	0,09	9.109	-	--	-	--
Tecidos de malha-urdidura	14.595	0,08	3.500	-	--	-	--
Outras obras de alumínio	7.702	0,04	1.398	-	--	-	--
Aparelhos elétricos	7.445	0,04	350	-	--	-	--
Outras obras de ferro ou aço	6.576	0,04	7.850	-	--	-	--

Tabela 39 – Principais produtos importados por Caruaru (2014 – 2015)

(conclusão)

PRODUTOS	2015 (JAN - MAR)			2014 (JAN - MAR)			Var (%) Jan-Mar 2015/ 2014
	US$ FOB	Part %	Kg	US$ FOB	Part %	Kg	
Motores e geradores, elétricos	2.952	0,02	1.962	-	--	-	--
Compostos heterocíclicos	2.592	0,01	-	-	--	-	--
Heterósidos, naturais ou sintéticos, seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	2.334	0,01	-	-	--	-	--
Limas, grosas, alicates	1.376	--	123	-	--	-	--
Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos	1.248	--	6	-	--	-	--
Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas	664	--	252	-	--	-	--
Ácidos carboxílicos	305	--	-	-	--	-	--
Demais Produtos	115	0,00	-	4.816.271	26,64	9.835.068	-100,00
TOTAL GERAL	17.394.434	100,00	5.433.137	18.081.562	100,00	14.065.122	-3,80

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

APÊNDICE 2

Tabela 40 – Evolução da Área Plantada (hectares) das Principais Lavouras Temporárias em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no Período 2003 – 2013

Região/ Lavoura temporária	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Vale do Ipojuca- PE										
Feijão	13.190	17.013	16.388	16.900	19.255	21.655	20.515	18.765	22.779	18.070	10.301
Mandioca	2.675	5.481	5.365	5.640	5.895	10.730	6.125	7.385	10.325	7.580	5.870
Milho (em grão)	12.272	16.150	14.910	15.830	18.550	19.000	18.600	17.610	17.008	15.908	6.850
	Caruaru – PE										
Feijão (em grão)	320	365	415	520	620	1.030	1.050	1.500	1.495	620	700
Mandioca	50	140	150	90	90	190	100	100	100	100	20
Milho (em grão)	400	900	750	800	1.000	1.000	1.000	1.500	1.500	950	800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 41 – Evolução da Quantidade Produzida das Principais Lavouras Temporárias em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no Período 2003 – 2013

	Variável = Quantidade produzida (Toneladas)										
Região/ Lavoura temporária	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vale do Ipojuca – PE											
Feijão (em grão)	1.209	6.811	6.486	7.630	10.531	13.605	9.582	5.153	10.568	420	5.358
Mandioca	25.323	59.518	57.638	60.220	65.250	64.265	67.485	80.194	116.144	37.390	37.205
Milho (em grão)	745	5.478	5.038	6.116	9.180	10.310	8.505	6.528	5.998	115	3.806
Caruaru – PE											
Feijão (em grão)	42	130	144	154	124	512	320	260	229	6	67
Mandioca	400	1.400	1.200	720	630	700	700	700	700	700	120
Milho (em grão)	64	540	420	320	500	800	600	400	500	10	80

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 42 – Evolução da Área Destinada à Colheita das Principais Lavouras Permanentes em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013

	Variável = Área destinada à colheita (Hectares)										
Região/ Lavoura permanente	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vale do Ipojuca – PE											
Banana (cacho)	1.287	1.193	1.152	1.127	1.073	1.606	1.214	1.674	2.327	1.869	1.021
Castanha de caju	375	345	345	150	200	150	160	229	161	120	79
Manga	57	69	63	58	49	61	46	21	42	39	29
Caruaru – PE											
Banana (cacho)	250	150	150	120	120	250	150	50	130	120	80
Castanha de caju	170	150	150	50	50	50	50	50	30	30	15
Manga	20	20	20	15	10	8	8	-	8	8	8

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 43 – Evolução da Quantidade Produzida das Principais Lavouras Permanentes em Caruaru em Relação ao Comportamento das Mesmas na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013

	Variável = Quantidade produzida (Toneladas)										
Região/ Lavoura permanente	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vale do Ipojuca – PE											
Banana (cacho)	8.567	12.730	13.099	13.428	6.128	12.230	12.181	13.920	16.869	12.443	6.036
Coco-da-baía	297	293	278	262	209	261	139	84	112	52	47
Manga	101	115	131	109	102	99	223	198	219	202	133
Caruaru – PE											
Banana (cacho)	750	450	270	120	96	120	120	400	104	360	150
Coco-da-baía	28	24	24	17	17	17	17	-	10	15	12
Manga	16	16	20	15	10	8	8	-	8	30	20

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 44 – Evolução do Efetivo dos Rebanhos dos Principais Tipos de Rebanhos em Caruaru em Relação ao Comportamento dos Mesmos na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013

(continua)

	Variável = Efetivo dos rebanhos (Cabeças)										
Região/ Tipo de rebanho	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vale do Ipojuca – PE											
Bovino	272.428	265.359	323.331	335.565	350.297	340.123	338.594	356.397	377.984	278.516	294.083
Equino	11.563	11.734	12.065	12.203	14.065	14.643	15.743	16.843	17.573	16.258	16.170
Suíno – total	70.725	70.205	72.334	72.030	72.983	75.530	64.501	71.939	76.340	74.875	63.530
Caprino	43.152	48.309	55.840	57.798	58.797	58.934	60.865	61.926	68.990	53.812	60.795
Ovino	42.299	46.854	49.164	48.497	52.589	57.880	60.712	69.540	76.385	59.490	68.690
Galináceos-total	7.334.134	4.460.8	4.841.191	3.691.935	7.809.740	10.631.223	10.374.274	10.154.678	9.501.889	9.129.264	10.054.448
Galináceos-galinhas	752.141	1.373.019	1.757.607	1.218.641	1.416.041	3.263.801	3.006.684	3.119.665	3.286.940	4.161.784	4.784.825

Tabela 45 – Evolução do Efetivo dos Rebanhos dos Principais Tipos de Rebanhos em Caruaru em Relação ao Comportamento dos Mesmos na Microrregião Selecionada, no período 2003 – 2013

(conclusão)

	Variável = Efetivo dos rebanhos (Cabeças)										
Região/ Tipo de rebanho	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	201
Caruaru – PE											
Bovino	27.500	20.625	32.900	29.700	32.400	31.250	32.380	31.600	33.250	23.250	27.800
Equino	1.250	1.320	1.200	900	850	1.200	1.300	1.800	2.150	1.850	2.050
Suíno – total	3.650	3.860	3.640	3.300	3.420	3.140	3.560	3.820	4.570	2.950	3.350
Caprino	3.500	3.250	5.700	5.500	6.050	5.500	6.000	6.500	7.550	5.500	7.400
Ovino	2.400	2.200	2.800	3.000	3.300	4.200	4.500	4.900	5.750	4.200	5.600
Galináceos-total	424.380	385.705	414.634	248.294	307.500	408.520	499.238	588.300	542.020	621.698	545.38
Galináceos-galinhas	143.680	132.875	150.134	77.794	152.500	201.920	286.558	268.100	231.820	276.888	292.500

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal.